

GUERREIRAS

PELO DESENCARCERAMENTO



Guerreiras pelo desencarceramento

ISER - Instituto de Estudos da Religião

Av. Pres. Vargas, 502. Pav. 16
20071-000 | Rio de Janeiro, RJ
iser@iser.org.br
www.iser.org.br

Guerreiras pelo desencarceramento

Organização

Nina Barrouin, Larissa Couto, Bruna Portella, Lucas Matos,
Késsia Gomes, Erivelto Melchiades, Ane Rocha

Assistência editorial

Lucas Bártolo

Capa

Bruna Portella

Diagramação

Beatriz Freire

Revisão

Marqueli Oliveira

Iniciativa apoiada por



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

G934 Guerreiras pelo desencarceramento / Organizadores Nina Barrouin... [et al.]. – Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Estudos da Religião, 2025.

ISBN 978-65-5278-135-2

1. Sistema penitenciário – Brasil. 2. Direitos humanos. 3. Justiça criminal – Brasil. I. Barrouin, Nina. II. Couto, Larissa. III. Portella, Bruna. IV. Matos, Lucas. V. Gomes, Késsia. VI. Melchiades, Erivelto. VII. Rocha, Ane

CDD 344.81



Sumário

Apresentação: Afiando nossas estratégias...	05
Prefácio	09
Este livro é uma sacola	19
Tecendo lutas	23
A força da participação das famílias	38
O corre das mães	46
Percursos	58



*Este livro é dedicado a Alan Hansel
(em memória).*



Apresentação: **Afiando nossas estratégias**

*Erivelto Melchades, Kessia Gomes, Lucas Matos e
Nina Barrouin*

Os ciclos de formação Guerreiras pelo Desencarceramento: Formação Jurídico-Política em Sistema de Justiça Criminal e Direitos da Pessoa Presa integram e orientam o projeto político da área de Direitos e Sistema de Justiça do Instituto de Estudos da Religião (ISER). Iniciado em 2022, o percurso que trilhamos atualmente é fruto do encontro entre as tradições políticas que nos influenciam profundamente e a sólida e plural trajetória do ISER nesse campo.

Atentos às experiências de assessoria jurídica popular e, especialmente, às iniciativas de educação popular que guardam compromisso com o enfrentamento ao racismo cis-heteropatriarcal normativo, buscamos construir caminhos para o fortalecimento de redes da luta antiprisional. Reafirmando a centrali-

dade dos acúmulos teórico-políticos dos movimentos de familiares de vítimas de violência de Estado para a transformação da estrutura social do país, propomos essa jornada de formações para fortalecer agendas de luta por direitos na seara da justiça criminal.

Os ciclos são desenvolvidos sempre em parceria entre o ISER e um movimento social do campo. A proposta é fortalecer a articulação do movimento e potencializar processos de luta, consolidando espaços formativos junto a familiares de pessoas privadas de liberdade e sobreviventes do cárcere que participam de sua articulação ou que têm uma relação próxima com o grupo.

Buscamos construir uma metodologia que reflita as questões concretas enfrentadas pelas pessoas participantes da formação em seu cotidiano e costurar nossas atividades com uma rede mais ampla do campo. Nesse sentido, sempre contamos, além da equipe da área de Direitos do ISER, com uma consultora local – pessoa de referência do movimento que copropõe a formação – e uma consultora nacional – engajada nas articulações da rede antiprisional pelo Brasil.

Neste livro, construído a muitas mãos, compartilhamos a memória das duas primeiras edições dos Ciclos, que foram tecidas em conjunto com a Associação de Mulheres Guerreiras da Região Serrana (Amugue). Em 2022, desenvolvemos a primeira jornada formativa em Petrópolis, e, no ano seguinte, em Três Rios, formando, ao todo, um grupo de 45 pessoas, além, obviamente, da equipe de facilitação, que também se forma enquanto costura os espaços de diálogo e construção coletiva de conhecimento.

Na primeira edição, a equipe do ISER – à época,

Nina Barrouin, Eliene Vieira e Lucas Matos – se somou à consultora local, Morena Paixão, da Amugue, e à consultora nacional, Patrícia Oliveira, da Agenda Nacional e Frente Estadual pelo Desencarceramento/RJ, para o desenvolvimento das atividades. Na segunda edição, Eliene Vieira já não integrava a equipe do ISER, pois foi eleita perita do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, mas, mesmo assim, fez questão de participar enquanto colaboradora da formação. Além da equipe anterior, contamos também com Erivelto Melchiades e Késsia Gomes, à época recém-integrados à equipe da área de Direitos do ISER.

De certo modo, achamos representativo que a equipe de facilitação da formação esteja em expansão. É uma experiência muito cara para todas nós: cultivar afeto e afiar nossas estratégias de luta, amplificando e compartilhando nossos conhecimentos. Por isso, optamos por incluir neste livro três artigos individuais, dois das consultoras da oficina e um de Eliene, que tem um papel fundamental na imaginação e na construção deste projeto. Somam-se a esses ensaios dois artigos coletivos, cuidadosamente costurados por Larissa Couto e Bruna Portella, que também é a responsável pelas ilustrações.

Como ficará evidente nas próximas páginas, os diagnósticos produzidos desde os espaços formativos perpassam, necessariamente, pelo tensionamento à noção de Estado Democrático de Direito. As análises que construímos conjuntamente, desde as experiências múltiplas das pessoas engajadas nas formações, seja como participantes, seja como facilitadores, cravam deslocamentos centrais ao campo do Direito, abrindo espaço para disputas travadas de

outros pontos de partida epistemológicos, forjados na luta cotidiana contra a barbárie do encarceramento, em diálogo com outros processos políticos em curso na sociedade brasileira. Nas duas experiências, combinamos de trabalhar as dinâmicas de criminalização de “cabo a rabo”: da abordagem policial à execução penal. Fomos construindo mapas geográficos, afetivos e políticos para produzir formulações coletivas e críticas sobre esses processos e construir estratégias de luta por liberdade em todas as frestas que encontramos.

A força das formações foi transbordando o espaço da “sala de aula”, e decidimos, assim, formular coletivamente articulações de incidência política a partir dos diagnósticos de cada ciclo. Ou seja, a turma se organizava para construir uma ação conjunta sobre alguma questão que considerasse urgente. A realidade se impunha de tal forma que o conhecimento e a prática precisavam andar, mais do que nunca, juntos. Além disso, as formações também originaram uma cartilha temática sobre as questões debatidas nos encontros, além deste livro de memórias. Assim, fomos aliando a produção de conhecimento com incidência política e formação desde as experiências cotidianas de luta, percebidas no nível local e em conexão com as dinâmicas nacionais.

Esperamos que esta centelha se alastre para que possamos seguir afiando nossas estratégias e avançando nas disputas por direitos, contra o encarceramento e a violência de Estado e por uma vida digna para todas as pessoas.



Prefácio

*Monique Cruz*¹

*A luta pela liberdade é uma luta constante.
Angela Davis.*

*Nós que acreditamos na liberdade não podemos des-
cansar até que ela chegue.
Ella Becker.*

Querida pessoa leitora, escrevo este prefácio como uma carta de agradecimento de quem recebeu notícias de suas companheiras de luta, que experienciavam no corpo e na alma algumas das instituições mais cruéis que a humanidade teve a capacidade de

¹ Assistente social, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. Mestre e doutoranda em Serviço Social. Coordenadora do Programa Violência Institucional e Segurança Pública da organização Justiça Global. Cria da favela de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. Membro do Fórum Social de Manguinhos e do Coletivo Dona Ivone Lara. Participou da fundação da Frente Estadual Pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro.

criar e manter no tempo. E é importante você saber que esta que vos escreve é uma mulher negra de pele clara, cria de uma favela do Rio de Janeiro, abolicionista e antiproibicionista.

Antes de contar um pouco do que você vai encontrar, quero ressaltar que tornar escrita a representação da luta pela liberdade não é uma tarefa fácil, e fazer isso a muitas mãos traz um desafio ainda maior. Contudo, nesse caso, o trabalho foi feito com maestria. O exercício da escrita coletiva, da apreensão dos anseios e das dores, de compartilhar o registro escrito das vozes de mulheres que lutam cotidianamente pelo direito à vida, é uma tarefa valiosa e necessária.

Nenhuma luta é travada sem ferramentas, e elas podem ser as mais diversas. Se pensarmos em movimentos históricos, como a luta por direitos no mundo, lembraremos de Mahatma Gandhi² e Martin Luther King Junior,³ que pregavam o amor e a paz como ferramentas de luta. Ao mesmo tempo, nos lembraremos de Malcon X,⁴ que acreditava que a luta pela liberdade dever ser exercida por todos os meios necessários.

Da mesma maneira, aqui no Brasil, lembraremos

² Mahatma Gandhi foi um advogado pacifista anticolonialista indiano conhecido por pregar a luta política e a desobediência civil. MAHATMA Gandhi. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mahatma_Gandhi. Acesso em: 5 nov. 2024.

³ Martin Luther King Jr. foi um pastor batista estadunidense que liderou importantes movimentos pelos direitos civis das pessoas negras. Também pregava a luta por meio de atos pacíficos. BEZERRA, Juliana. Martin Luther King. Toda Matéria, 2024. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/martin-luther-king/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

⁴ Malcon X foi um defensor dos direitos das pessoas negras também nos Estados Unidos. Acreditava que, ante a violência racial, a luta pela liberdade e pelos direitos civis deveria ser empenhada por qualquer meio necessário, inclusive pela violência. OLIVEIRA, Gerson; NEGRA, Rosa. Malcom X: a visão revolucionária do antirracismo radical. MST, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/02/21/malcom-x-a-visao-revolucionaria-do-antirracismo-radical-2/>. Acesso em: 5 nov. 2024.

de Zacimba Gaba,⁵ que utilizava seus conhecimentos ancestrais para acabar pouco a pouco com a vida dos senhores, ou de Luiza Mahin,⁶ que usava seu trabalho para circular informações fundamentais para a organização das pessoas negras escravizadas. As estratégias e lutas podem ser as mais variadas, mas, como chamam atenção Erivelto Melchiades, Kessia Gomes, Lucas Matos e Nina Barrouin no texto de apresentação deste livro, a construção coletiva do conhecimento e da luta se faz *afiando nossas estratégias*.

O Instituto de Estudos da Religião (ISER), por meio da atuação e do comprometimento de sua equipe com movimentos sociais diversos, elaborou os espaços de diálogo e construção coletiva e compartilhada de conhecimentos (no plural) que deram origem a este livro. Conversar e compartilhar dores e estratégias também permitiram, segundo o entendimento das autoras e dos autores da apresentação, cultivar afetos, garantindo que as estratégias possam ser afiadas para a luta.

Não à toa, Larissa Couto e Bruna Portella, organizadoras do capítulo *Este livro é uma sacola*, expuseram ideias e disputas de sentidos em um ato que po-

⁵ Zacimba Gaba foi uma princesa de origem africana que utilizava conhecimentos ancestrais para matar pouco a pouco os senhores, ao mesmo tempo que organizava pessoas escravizadas para a luta pela liberdade. QUEM foi Zacimba Gaba?. Restaurante São Mateus – Universidade Federal do Espírito Santo, c2024. Disponível em: <https://restaurante.saomateus.ufes.br/conteudo/quem-foi-zacimba-gaba>. Acesso em: 5 nov. 2024.

⁶ Luiza Mahin foi uma importante articuladora na Revolta dos Malês, que ocorreu em 1835. Ela aproveitava seu trabalho como quituteira que circulava pelas ruas de Salvador para levar informações que foram fundamentais para a organização das pessoas revoltosas. LUIZA Mahin: conheça a mulher que virou mito da força negra feminina. Terra, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/luiza-mahin-conheca-a-mulher-que-virou-mito-da-forca-negra-feminina,ca5fc8b10629b6b0fa1e18be5039af171x3kqtxk.html>. Acesso em: 5 nov. 2024.

deria parecer simples, mas que, ao contrário, expressa a complexidade de colocar em uma sacola alimentos e produtos para o corpo e para o espírito. Como em um “simples” ato de “arrumar uma sacola” cabem tantas questões? As autoras deste livro nos contam.

De cara, o gênero aparece como um marcador fundamental da vida de quem visita entes amados privados de liberdade: “Às vezes, a gente precisa ser mil”. Quantas de nós, mulheres, não se sentem assim todos os dias? Trabalhar para comprar o necessário, acordar cedo para dar conta dos afazeres domésticos, cuidar para que tudo corra bem durante o dia e/ou pelo tempo que está fora de casa? E, no caso das autoras deste livro, quantas ainda se dedicam a demonstrar amor por meio do ato de visitar e do ato de levar (e compartilhar) a comida. Um exercício que as comunidades negras conhecem bem. Cozinhar é um ato de afeto; fazer a comida render é um ato revolucionário para fazer viver.

Além disso, há ainda a questão de “as regras muda(re)m toda hora”. Cada instituição acaba por impor as suas regras como bem entende: o tamanho da sacola, o que pode conter ali, o tipo de alimento que pode levar, a cor da roupa que vai ser entregue, etc. Os impactos são muitos, e envolvem prejuízos econômicos, psíquicos e emocionais, afetando as relações. Algumas vezes, tensionam os espaços. Os traços da desumanização sofrida pelas pessoas privadas de liberdade reverberam até no trato da comida. Como dizem as autoras: “Às vezes, é como se fosse um monte de ração de porco” e “O que chega na sacola é um recado de que as pessoas não são nada”.

Faço questão aqui de recordar que, em países como o Brasil, onde a escravização retirou o valor da

vida humana das pessoas negras, ser tratado como um animal, como coisa, ou, ainda, como nada, é a expressão do racismo que mantém as instituições carcerárias.

O cotidiano de quem vive as expressões da violência do Estado nas “menores coisas da vida” pode ser inalcançável para a maioria de nós, pessoas que não tiveram a experiência de estar privada de liberdade ou de amar alguém que está. O tamanho da sacola e a decisão sobre o que pode ou não entrar com a “sucata/jumbo/custódia” podem ser um instrumento de sofrimento. Quando fui estagiária em uma unidade prisional, vi mulheres chorando por um “chinelão” jogado fora. O simples ato de proibir o steak de frango ali foi a arma do dia.

O choro não era pelo dinheiro investido para levar um prazer gastronômico para o filho, mas sim pelo significado daquela comida. Várias culturas no mundo consideram o preparo e o oferecimento do alimento um gesto de partilha de afetos, de cuidado, de fortalecimento do corpo e da alma. Entre nós, isso não é diferente.

Embora nem todas as mulheres envolvidas neste livro sejam negras, como você poderá identificar, há um elemento na luta de todas elas que contribui para o nosso entendimento de que toda luta pela liberdade no mundo contemporâneo é antes de tudo uma luta antirracista: todas as mulheres, sem exceção, ao lutarem pelos seus, organizam redes de comunicação e compartilhamento de informação, assim como constroem possibilidades de proteção mútua e até comunitária contra os mandos e desmandos de sistemas organizados, geridos e financiados por homens brancos, supostamente heterossexuais e cristãos, autoin-

titulados “homens de bem”.

Enquanto as lutas contemporâneas por liberdade são essencialmente antirracistas, a justiça criminal, o encarceramento seletivo em massa, o superencarceramento de mulheres e a lógica heteropatriarcal que as leva para as filas (das prisões, dos tribunais, das defensorias) são, por outro lado, essencialmente racistas. No caso brasileiro, eles foram criados como instrumento de contenção de uma população majoritariamente negra, que, depois de séculos de exploração e violência escravista, foi “libertada” formalmente sem qualquer reparação por seu trabalho, sem casa, sem trabalho e criminalizada.

No capítulo *Tecendo lutas*, a autora Patricia Oliveira, uma das maiores conhecedoras das políticas de prevenção e combate à tortura do país, compartilha sua história de vida, que se confunde em muitas teias com a luta por direitos humanos, contra a violência policial, contra a tortura e a favor da vida. Como ela mesma conta, nasceu no dia em que se celebra o Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura, 26 de junho.

Patricia compõe a memória viva da luta de movimentos de mães e familiares de vítimas do Estado. Ela se juntou a eles ainda na década de 1990, quando seu irmão se tornou um sobrevivente de um dos episódios mais brutais da história brasileira, a Chacina da Candelária. Depois de anos de luta, ela trabalhou por dois mandatos como perita do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT-RJ) e, como você encontrará neste livro, pessoa leitora, é reconhecida como uma companheira de luta das mulheres que compartilham suas vidas conosco nessas páginas.

Assim como as outras autoras e muitas de nós que tiveram alguma participação no processo de publicação deste livro, Patricia é uma intelectual orgânica, como ela mesma se autodenomina. Isso quer dizer que muitas de nós foi e é forjada na luta. Como diz um samba: “a necessidade obrigou”. Fomos levadas a lutar no que há de mais genuíno na política: a luta pela sobrevivência, e, como não se vive sozinha, a luta é por nós, pelas nossas e por tantos outros.

Esse é o caso de Morena, registrada como Ivaneete Pereira da Paixão. Nossa companheira, autora do capítulo A força da participação das famílias, relembra como se tornou também uma ativista/militante e como compreendeu que a articulação com outras pessoas familiares, especialmente mulheres, é importante para o avanço das lutas por dignidade e liberdade. Em seu texto, ela também apresenta uma tradução do que é ser uma intelectual orgânica quando nos demonstra que o caminho se faz ao caminhar.

Os encontros realizados e pensados pelo seu movimento em conjunto com o ISER e a Frente pelo Desencarceramento trazem aprendizados, ao mesmo tempo que permitem reconhecer os obstáculos na luta: o medo das represálias, as fake news sobre as carteirinhas, a demissão de uma amiga que foi exposta no trabalho como “familiar de preso”. Morena nos traz perspectivas importantes não apenas da articulação entre e com familiares de pessoas privadas de liberdade, mas também com agentes públicos, secretarias e outras instituições que a permitiram construir um aprendizado que vem sendo compartilhado no fazer cotidiano da luta e que toma mais corpo com os encontros que geraram este livro.

Por outro lado, é importante que você também

se atente, pessoa leitora, às nuances dos compartilhamentos feitos pela autora, que trazem também outros elementos interessantes, que se referem ao fato de que ela, assim como uma boa parte de suas companheiras, não vive nas regiões centrais do estado do Rio de Janeiro, o que agrega outros fatores à luta, como a questão do deslocamento e as formas de atuação que se estabelecem a partir da forma como as relações sociais se estabelecem em seus municípios.

O caráter interseccional deste livro está justamente aqui: trata de saberes e conhecimentos construídos em conjunto por uma maioria de mulheres negras, brancas, ativistas, familiares e profissionais que vivem na capital ou em regiões distantes dela, que agregam valor à luta a partir de seus lugares, físicos e sociais, no mundo, dedicados a uma luta coletiva de caráter local e global pela liberdade e pelo fim das violências contra nossas vidas, especialmente aquelas produzidas no cárcere.

O capítulo Corre das mães, de autoria de Elieine Vieira, nos permite perceber de maneira explícita como raça, gênero, classe e território são articulados nos processos de violência policial e encarceramento. A autora reflete sobre a relação com as companheiras de luta e com os outros filhos que foram impactados pelo cárcere a partir da prisão de um dos filhos. Como uma mulher autodeclarada branca, ela aponta a percepção sobre o racismo como uma lente embaçada. Com isso, ela nos ajuda a explicar que a lente enxerga o racismo como um fator elementar na violação de direitos que não diz respeito apenas ao olhar para si, mas também para a sociedade brasileira como um todo.

A autora colabora, ainda, para o nosso reconhe-

cimento da complexidade dos temas que nos atingem quando falamos de cárcere e dos seus efeitos sobre as pessoas (privadas de liberdade e familiares) ao compartilhar análises sobre moralidades a respeito do uso de substâncias psicoativas e a importância da redução de danos nesse contexto como uma política não apenas dos afetos, mas como parte da luta por uma vida digna, justa e sem violência.

Por fim, no capítulo Percursos, Larissa Couto e Bruna Portella traçam o caminho articulando falas, dando destaque a temas citados no livro e nas conversas, também fazendo um difícil trabalho de trazer para nós, pessoas leitoras, a complexidade de uma luta construída secularmente, mas com caráter contemporâneo e cheio de desafios.

São vozes condensadas em um texto que, a mim, pareceu não querer da conta de todo o universo de vozes, práticas e essências, mas sim de apresentar mais elementos para o nosso entendimento sobre quem faz a luta pela liberdade.

O que temos nestas páginas traz para nós, pessoas leitoras, um diagnóstico e seus antídotos. Um diagnóstico que aponta para os efeitos do cárcere para a vida das pessoas privadas de liberdade, suas familiares e seus entes queridos. Mas também nos traz as proximidades, distâncias, diferenças e igualdades entre as mulheres que lutam pela liberdade de seus entes queridos, ao mesmo tempo que constroem ou tentam construir um mundo mais justo. Suas experiências também demonstram como a atuação coletiva nos permite compartilhar aprendizagens e estratégias de sobrevivência.

Como tentei trazer desde o início, não se faz a luta sozinha. Como disse uma das autoras: "Nesse

processo, a gente vai aprendendo, e aprender fortalece. Era só luto, agora vamos lutar!”. Não estamos sós e não estamos fazendo e não faremos isso sozinhas.



Este livro é uma sacola

Graziele dos Anjos Assimos de Carvalho de Oliveira, Jéssica Gomes Martins, Joice Neves Souza Lancini, Joyce Rufino de Oliveira Francisco, Stefane Nascimento Souza, Rosimere da Silva Vidal, Maria Luiza Oliveira Xavier, Simone do Nascimento, Patrícia Tomaz Sanabio de Souza, Luciene de Paula Castro Alves, Thaina Amaro Garcia de Oliveira, Lucilena de Paula, Josiane da Fonseca Azevedo, Alan Hansel, Adriana Silva Borges Oliveira, Ariene França da Silveira Almeida, Ana Carolina Rodrigues Cavalheiro, Lucia Maria Mathis, Cláudia Xavier Canedo, Andreza de Souza da Costa, Sandra Lucia de Oliveira Alves, Niky Vieira, Neide Aparecida, Rosana Pereira da Silva, Eliene Vieira, Patrícia Oliveira, Morena Paixão, Bruna Portella e Larissa Couto.

Tem dias que o despertador toca cedo, mas tanto faz. Você já está há muito tempo de pé, pensando no que tem que fazer mais tarde. Às vezes, a gente precisa ser mil. Pegar trem, ônibus, outro ônibus. Passar no mercado, ir até a farmácia no horário de almoço... E

à noite, antes de dormir, arrumar tempo para um trabalho dos mais importantes: arrumar a sacola.

Como que se arruma tanta coisa dentro de uma sacola? Tanta gente já teve essa mesma dúvida. Olhando para a tal da sacola, parece que nada cabe ali. É pouca coisa, porque a vontade é levar tudo, e tudo não pode. Aí, é claro, vai ser difícil caber. Mas entender não melhora. A vontade segue. Será que não dá mesmo? Se pudesse levar o mundo todo lá dentro, mesmo que a sacola fosse ficar pesada para caramba, daria para carregar o peso. Ia valer a pena.

Na dúvida, dá para perguntar para as outras mulheres. Elas ajudam muito, porque às vezes não dá para saber de nada que pode levar, nem como levar. E também essas regras mudam toda hora. Não dá para saber se entra a bolsa de 5 litros, ou se entra a de 7 litros... Se você perguntar o que mesmo que dá para levar na custódia essa semana, a resposta às vezes está ali numa portaria, mas na verdade você só sabe mesmo quando chega lá. Tem dia que eles olham as mesmas coisas que olhavam sempre e dizem que não pode. A gente pergunta assim: "Ué, moço, porque que o pote não entra se no mês passado deixaram ele entrar?". E a resposta é: "Ah, porque hoje não entra".

Pessoal muda muito de ideia, a única coisa que segue igual é que tem que ser tudo do jeito deles. Dá até medo de que as coisas cheguem lá despedaçadas, porque os alimentos que a gente leva, eles tratam às vezes como se fosse um monte de ração para porco. Aquela mesma faca que é enfiada em um monte de comida dos outros é enfiada na nossa. Não tem preocupação se vai azedar, se não vai. Fura muitas vezes nossos potes.

O negócio é aprender a arrumar o mundo na sa-

cola, mesmo que fique apertada, e levar a sacola com a esperança de que o mundo chegue inteiro do outro lado do muro.

Com o tempo parece que a sacola fica maior ou então se aprende a arrumar melhor. Tem dias que a gente faz caber coisa para um monte de gente. Não dá para esquecer que tem outras pessoas. Mesmo se o filho de uma já saiu, outro filho, de outra mãe, ainda está lá. Aí a gente tem que falar “Não, moça, isso aqui não é só para o meu filho, é pra ele dividir”. Vez em quando se recebe carta deles em conjunto, dizendo “Saudade, tia”. Tem quem ache que o privado de liberdade é um nada e que tem que comer o que eles oferecem. O que chega na sacola é um recado de que as pessoas não são nada. Tem alguém pensando e cuidando delas.

Aliás, todo mundo que é alguém para outra pessoa podia receber uma bolsa com um pouquinho de cuidado, né. Um pote com um pouco de esperança. Muitas vezes, não dá tempo de cuidar da gente, até porque a gente está sempre carregando as sacolas dos outros. Mas as coisas são difíceis para quem está nesse ir e vir. Só com outras pessoas que vão ajudando que a gente consegue continuar. E, nesse processo, a gente vai aprendendo, e aprender fortalece. Era só luto. Agora vamos lutar.

Conversando juntas, a gente conseguiu se entender mais. Até se perdoar mais, o que não é fácil. Falando e se ouvindo, construímos um monte de coisa. Este livro é uma delas. Escrever um livro, assim como arrumar uma bolsa, pode ser uma atividade solitária. Mas não precisa ser. Nenhum texto foi escrito por uma pessoa só. Toda palavra impressa em alguma dessas páginas vem de uma rede de cuidado e aprendizado coletivo.

Este livro pode ser pequeno, mas dentro dele a gente arrumou direitinho um monte de coisa. Tem instrumentos para seguir aprendendo e se fortalecendo. É claro que também tem muita dor, um tanto de tristeza, mas não é só isso. Aqui dentro cabe as experiências de muitas mulheres diferentes. Às vezes, elas nem concordam com tudo, sabia? Mas o livro não é para uma, é para todas. Assim como a sacola às vezes é feita para muita gente, este livro também é feito para ser compartilhado. Talvez alguém o veja e queira enfiar uma faca nele, como se fosse ração de porco. Mas ele vai seguir existindo e circulando, com a força da nossa organização e a nossa esperança, porque **este livro é uma sacola.**



Tecendo lutas

Patrícia de Oliveira da Silva

Infância e trajetória familiar

Nasci no dia 26 de junho de 1974, o que, ironicamente, é o Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura. Este ano completo 50 anos de uma caminhada marcada por muitas lutas em defesa dos direitos humanos. Sou filha adotiva; meus pais biológicos enfrentavam problemas graves com o alcoolismo, e foi assim que, junto com minha irmã, fomos entregues para outra pessoa nos criar. Eu nasci no Para Pedro, uma favela do Rio de Janeiro, no bairro do Colégio. Quando se passa de metrô em direção a Coelho Neto, você passa bem por cima dessa área. Quando era muito pequena, minha mãe me entregou para adoção, e eu fui morar em Guadalupe. Mais tarde, minha mãe adotiva se mudou para Jardim Primavera, em Caxias, onde passei a maior parte da minha infância e adolescência. Em 1984, fui para Realengo.

Minha mãe adotiva era uma mulher branca com filhas negras, e a família dela não nos aceitava. Havia muito preconceito e problemas por causa disso. Como minha mãe não teve filhos biológicos e sempre adotou crianças, a família dela não aceitava essas adoções, e os preconceitos eram evidentes. Havia comentários desrespeitosos, como se chamassem a gente de “essas neguinhas”, e hoje eu diria que daria um tabefe em cada um. Mas minha mãe sempre brigou muito para nos defender.

Na época, não sabíamos que éramos adotivas. Nosso pai adotivo era preto, e minha mãe sempre dizia que éramos da cor dele, que tínhamos puxado o nosso pai. Então, quando alguém dizia que não éramos filhas dela, a gente respondia que éramos iguais ao nosso pai, da cor dele. Era a história que minha mãe criou para justificar a situação.

Um dia, minha irmã ouviu uma conversa entre minha mãe e a irmã dela, em que a irmã dizia que a gente não era filha. Isso causou uma grande revolta. Minha irmã ficou rebelde, ameaçou fugir de casa, e a situação piorou. Quando minha mãe chamou a gente para conversar e entender o que estava acontecendo, minha irmã contou sobre a conversa que tinha ouvido. A irmã da minha mãe também tinha um filho adotivo, mas ele era branco, então a questão não se aplicava a ele. Foi uma infância bem complicada.

Quando eu tinha uns 12 anos, comecei a perceber que sofria racismo dentro da minha família. As palavras e atitudes eram o que mais me chamavam a atenção. Por exemplo, a irmã da minha mãe costumava dizer coisas horríveis, como que a gente precisava passar o casco de telha para clarear a pele. O marido dela até tentava intervir, dizendo que não queria que

ela falasse assim com a gente, mas eles brigavam muito por causa disso. A mãe da minha mãe também era difícil com ela e com a gente.

Minha mãe era alagoana, mas tinha vivido em Pernambuco. Era uma mulher muito bonita e tinha o sonho de trabalhar no cinema. Depois, tornou-se dançarina de boate, mas acabou desistindo disso para costurar e sustentar a família. Sua família só se importava com o dinheiro que ela ganhava e não queria saber dela. Quando passou a priorizar a gente, os filhos, isso os irritou profundamente.

Eu tenho seis irmãos: uma irmã biológica, que morreu atropelada junto com minha mãe biológica em frente ao Ceasa, no Irajá, quando foram atravessar fora da passarela; um irmão que vive fora; e duas irmãs. Além disso, tenho uma irmã adotiva e um irmão adotivo também.

Morei em muitos lugares. Em Caxias, no Jardim Primavera, todo dia havia uma pessoa morta. Você passava na esquina, saía para comprar pão, fazia várias coisas, e sempre via uma pessoa morta. Por isso, eu costumo dizer que sou daquela época em que as pessoas colocavam um pano branco e acendiam uma vela ao lado dos que morriam. Hoje em dia, não é mais assim. Durante minha infância e adolescência, vi muitas pessoas mortas em todos os lugares; não havia um lugar onde isso não acontecesse. Essa era a forma como o Estado se fazia presente: pela violência. Educação, saúde e segurança eram recursos escassos, e minha mãe frequentemente passava noites em filas tentando garantir uma vaga na escola para nós.

Sou cria do Mobral, um programa de alfabetização que atendia crianças e adultos fora da rede regular de ensino. Com 9 anos, eu não sabia ler, porque,

às vezes, conseguíamos vaga na escola, mas, se mudássemos para outro lugar, a vaga se perdia. Então, eu me alfabetizei no Mobral. As mudanças de endereço, a falta de apoio da própria família... Foram muitas dificuldades. A gente mudava de casa frequentemente, pagava dois ou três meses de aluguel e depois tinha que mudar de novo. Minha mãe virou costureira para suprir as necessidades da família.

São perspectivas bem interessantes, porque você acaba fazendo uma reavaliação... Hoje em dia, a gente fala muito sobre racismo e importunação sexual no transporte, mas essas questões não eram abordadas da mesma forma antigamente. Eu sou de 1974, então era uma realidade diferente. Por exemplo, minha mãe nunca deixou a gente andar de bicicleta. Ninguém aqui em casa sabe andar, porque ela achava que bicicleta era coisa de menino, e a mãe dela também pensava assim. Eu e minha irmã adorávamos soltar pipa, algo que a família dela também achava que era coisa de menino. Mas minha mãe sempre dizia: "Quem manda nas minhas filhas sou eu". Então, a gente soltou muita pipa e jogou bola de gude, mas a bicicleta era uma outra história.

Outra coisa que eu percebo é que minha mãe nunca nos disse "eu te amo". Isso porque os pais dela nunca disseram isso para ela, então ela não aprendeu a expressar esse carinho por nós. Você começa a refletir sobre essas coisas com o tempo. Por exemplo, ela sempre falava do desfile do Galo da Madrugada, dizendo que era lindo. Muitos anos depois, quando fui a Pernambuco, tive a chance de visitar a sede do Galo da Madrugada, e pude entender o encanto que aquilo tinha para ela. A vida tem muitos contextos e nuances.

Minha mãe também ficava muito preocupada quando eu saía para reuniões, porque eu sempre fui muito de embates e sempre defendi minhas posições. Ela se preocupava muito com isso.

Perdi minha mãe adotiva em 2015. Ela estava muito debilitada de saúde porque era bem relaxada com os cuidados médicos. Tinha pressão alta, mas tomava o medicamento quando queria, e depois começou com diabetes. A catarata dela piorou a ponto de ela ficar sem enxergar, e, quando tentamos insistir para que ela fizesse a cirurgia, ela não quis. Ela era uma pessoa muito ativa, costumava fazer comidas e bolos, mas, quando perdeu a visão, precisou de ajuda para tudo. Com o tempo, foi ficando cada vez mais debilitada. Quando fez 87 anos, fizemos uma festa para ela, mesmo já não estando muito bem de saúde. Vários familiares, alguns que não a viam há anos, compareceram à festa. No ano seguinte, a celebração foi mais em casa, porque ela passou a ficar mais dentro de casa, necessitando de cuidados em uma cadeira de rodas. Ela morreu de infarto aos 88 anos.

Quanto à minha mãe biológica, ela morreu atropelada quando eu ainda era muito pequena. Minha irmã mais velha dizia que eu sou muito parecida com ela, mas eu nunca a conheci. Meu pai biológico também nunca conheci, apesar das minhas tentativas de encontrá-lo. A única informação que consegui foi a ficha de antecedentes criminais dele. Sei apenas que ele era de Acari, do Amarelinho, mas não consegui contato com nenhum parente dele ou da minha mãe biológica.

Minha caminhada como defensora dos direitos humanos começou de maneira inesperada, através de uma questão familiar. Um irmão que ficou com nossos

pais biológicos passou por muitos problemas e acabou na Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), o que fez com que perdêssemos o contato com ele. Em 1995, nos reencontramos por meio de uma reportagem do Fantástico, da TV Globo. Ele havia sido um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, em 1993, e se tornou a principal testemunha do caso. Depois de sofrer um novo atentado em 1994, precisou deixar o Brasil. Em 1995, retornou para o julgamento da chacina e contou sua história no programa. Na entrevista no Fantástico, com Pedro Bial, ele descreveu cada um dos sinais, como os sinais na minha mão e na orelha e a folha de figo nas minhas costas – que quase não aparece mais. Minha outra irmã tem um sinal na ponta da língua, e ele também mencionou isso. Ele contou os nomes das irmãs e os sinais de cada uma.

Dois dias depois da entrevista, ele iria embora. A jornalista localizou minha irmã e eu, e tentamos falar com ele no aeroporto, mas não conseguimos. Era feriado, Dia do Trabalhador. Depois, fomos ao escritório da advogada, que ligou para ele. Conversamos por telefone durante um ano até ele voltar para prestar um novo depoimento. Foi assim que nos reencontramos.

A partir desse momento, comecei a participar de movimentos, reivindicações e reuniões que buscavam justiça para as vítimas da violência.

A militância pelos direitos humanos

Minha primeira aproximação com a luta pelos direitos humanos foi em uma reunião de familiares das vítimas das chacinas de Vigário Geral e da Candelária. Estávamos discutindo como seria nossa participação no julgamento, a ida ao Tribunal, essas coisas.

Na época, os julgamentos podiam durar até três dias, o que tornava tudo mais complicado, com os custos de locomoção e tudo mais.

Essa primeira reunião foi para discutir o julgamento da chacina de Vigário Geral, mas eu não fui. Onde moro, desde 1991, alguns policiais estavam envolvidos, então eu não podia me expor. Fiquei acompanhando de longe, e foi uma decisão acertada, porque um dos principais policiais acusados ameaçou matar a promotora e o juiz durante o júri, fazendo um gesto como se estivesse atirando – isso até foi capa de jornal na época.

A partir daí, participamos de muitas reuniões com os familiares de Vigário, de Acari, e houve uma grande articulação. Por exemplo, todos participaram do julgamento do caso da Daniela Perez, filha da Glória Perez. No julgamento de Vigário Geral, a Glória Perez chegou a pagar o hotel para todos ficarem, porque houve uma ameaça no dia do fórum também. Então, foram anos de muitas movimentações e articulações.

Eu sempre digo que comecei a militar porque nos sentíamos como uma grande família. Lutávamos para evitar que outras pessoas passassem pelo que nós passamos. Se alguém desaparecia, a gente pegava o endereço da família e ia até lá, acompanhava na delegacia, articulava rapidamente.

Hoje em dia, essa rapidez e articulação parecem ter diminuído, mas, naquela época, não havia advogados que oferecessem assistência de acusação. Os maiores criminalistas do Rio de Janeiro defendiam os policiais acusados.

Foi por isso que a ideia de criar um núcleo de direitos humanos na Defensoria Pública surgiu. Fomos a uma reunião em Brasília e discutimos a criação

desse núcleo, que se tornou realidade por volta de 2004/2005.

Antes de tudo isso, eu era empregada doméstica. Depois, comecei a trabalhar em um salão de beleza. Quando tinha uma reunião, eu dizia: "Hoje, eu preciso sair mais cedo porque tenho uma reunião no centro da cidade". E lá ia eu para a reunião; às vezes, a reunião nem acontecia, mas, mesmo assim, eu fazia várias coisas, e a gente sempre dava um jeito de manter essas reuniões. Era engraçado, porque a gente estava sempre ali, sempre se articulando, sempre se movimentando.

Foi por volta de 1996 que eu comecei a perceber que estava realmente me tornando uma militante, que isso poderia ser mais do que apenas participar de reuniões. Naquela época, a gente participava de muitos encontros, estava sempre envolvida em diversas coisas. Os familiares dos desaparecidos de Acari, por exemplo, iam muito à delegacia, e eu os acompanhava frequentemente. Mas a recepção era sempre muito dura. Chegando lá, o delegado logo dizia: "Aqui, eu não quero mãe chorando. Se chorar, o depoimento acaba, tudo acaba". A gente não podia falar nada, não podia chorar, nada. Isso me incomodava profundamente, porque os familiares até hoje carregam essas marcas, e muitos não se sentiam à vontade para conversar, para estar presente nessas situações. Também tinha toda essa questão de como a gente era tratado dependendo da nossa aparência. Eu ouvia coisas como: "Não gosto de ver pobre chorando", ou "Mulher sempre reclama; por isso, prefiro trabalhar com homem. Homem não reclama, agora mulher sempre reclama". Eram essas pérolas que escutávamos ao longo do caminho. E então, era isso: lutar no dia a dia com os fami-

liares. Toda segunda-feira, por exemplo, o pessoal de Acari se sentava na escadaria da Câmara com as fotos das crianças desaparecidas. Teve até novela, Explode Coração, da Glória Perez, que trouxe essa questão à tona. Também tiveram as campanhas com as fotos das crianças em latas de óleo, extrato de tomate. Foram muitas ações, muitas campanhas.

Outra coisa que fizemos foi tentar envelhecer as fotos das pessoas desaparecidas, para mostrar como elas estariam anos depois. Nós nos reunimos muito com a Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) para tratar disso, e o SOS Crianças Desaparecidas já existe há quase 30 anos por causa dessas iniciativas. Além disso, participamos de muitos seminários e cursos, e isso ajudou a gente a entender melhor as visões, as participações e os espaços em que estávamos. Teve muita reunião em Brasília também, de pegar ônibus e ir para lá várias e várias vezes. Lembro da campanha do Basta, organizada pelo Viva Rio, que aconteceu em vários lugares do Brasil.

A construção dessas iniciativas foi muito intensa, com muitos momentos de reflexão, incluindo encontros com o presidente do Tribunal de Justiça e campanhas para o Procurador Geral de Justiça. Mas tudo sempre foi feito em conjunto, sempre com Acari, Candelária e Vigário unidos. Lembro de quando fomos falar com o ministro Nelson Jobim para conseguir um sonar, que era para saber se tinham ossos em um sítio, em Magé. Tiveram muitos momentos assim, de luta, mas muitos momentos de partilha também. Apreendi muita coisa com as Mães de Acari, essa partilha, essa troca de experiências, de entender que, mesmo que algumas delas não estejam mais aqui, a luta não é só minha, é de todo mundo. Então, com o tempo, fui

ocupando esses espaços, indo para reuniões e me formando organicamente até chegar aonde estou hoje.

Quando participamos simultaneamente da construção dos núcleos de direitos humanos da Defensoria Pública e do Ministério Público, a rotina era intensa. Nós nos reuníamos todos os dias na Defensoria Pública e discutíamos: “O que vamos fazer hoje?”. Era um plantão mesmo; chegávamos às 8h da manhã e saíamos às 17h. A mesma dinâmica se repetia no Ministério Público. Foi assim que começamos a construir políticas públicas, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, desde a criação do projeto de lei. Alguns outros familiares ainda não têm esse entendimento sobre a importância de ocupar esses espaços públicos, mas fazemos o possível para estar presentes e participar ativamente, pois são espaços de construção de políticas públicas.

Fiquei no Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro por oito anos, fiscalizando espaços de privação de liberdade, de 2011 a 2019. Após deixar o Mecanismo, voltei para a Rede contra Violência e construí o Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Além disso, estou no grupo de trabalho chamado GT Cidadania, representando comunidades em movimento contra a violência. Esse grupo elabora notas técnicas e realiza reuniões quinzenais, incluindo a Rede contra a Violência, a Frente Estadual, o Mecanismo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública e a Defensoria Pública da União. Já tivemos o Ministério Público Militar e o Ministério Público Estadual, que saíram, e agora o grupo é coordenado pelo Ministério Público Federal

(MPF), pela 7ª Câmara.

Estou também em outro grupo de trabalho, chamado Racismo nas Polícias, na representação da Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas de Terrorismo do Estado. Eu e a Priscila Serra, do Amazonas, representamos o grupo. Recentemente, elaboramos um documento com diretrizes sobre como evitar práticas de racismo. Incluímos recomendações sobre perfilamento racial e sobre a elaboração de materiais para a polícia, como não usar sempre bonequinhos de pessoas negras, pois isso sugere que pessoas negras cometem crimes, e as brancas, não. Também discutimos a recomendação de que pessoas privadas de liberdade que seguem religiões de matrizes africanas possam realizar seus cultos no sistema prisional sem precisar raspar a cabeça; possam usar guias. Esse foi um ponto controverso, especialmente entre órgãos de segurança, mas conseguimos implementar essas recomendações. O grupo de trabalho lançou o relatório em Brasília, em um evento na Procuradoria da República.

Além disso, atuei na representação da Agenda Nacional pelo Desencarceramento no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Nessa representação, ia a Brasília a cada dois meses, e participei de outros grupos de trabalho.

Aproximação com o ISER e a atuação no Ciclo de Formação Guerreiras pelo Desencarceramento

Conheço o ISER há muito tempo, mas nossa relação se estreitou mais recentemente. Antes, eu tinha um vínculo maior com o Viva Rio, no qual participei de iniciativas como a Campanha do Desarmamento. O

ISER, por outro lado, era uma organização com a qual eu não tinha tanta proximidade. A aproximação maior aconteceu quando a Paula Jardim e a Arine Martins começaram a trabalhar no ISER, e isso coincidiu com o crescimento do movimento pelo desencarceramento em 2017.

A partir daí, a relação com o ISER foi se consolidando, principalmente através da Paula, da Arine e da equipe que estava lá naquele momento. Foi um período de transição para o ISER. Isso incluiu até a participação na Frente Estadual pelo Desencarceramento, em que o ISER ajudou a financiar a produção de materiais, com nossa colaboração na definição de diretrizes. A Eliene Vieira foi a primeira pessoa contratada nesse processo, o que marcou uma mudança significativa na maneira como o ISER se relacionava com o campo.

Quando o ciclo de formação surgiu, ele trouxe uma nova dinâmica e uma maior conexão entre o ISER e os familiares das pessoas privadas de liberdade. A equipe, composta por Nina, Lucas, Késsia e Erivelto, realmente fez a diferença para que isso fosse possível.

Sempre considerei essencial participar de cursos de formação. Para mim, é um processo contínuo de aprendizado e evolução. A primeira formação foi em Petrópolis, e não sabíamos se daria muito certo. Era aos sábados, e foi bem legal. Foi interessante porque a Priscila Serra, da Frente Estadual pelo Desencarceramento do Amazonas, estava aqui no Rio. Dissemos: “Não, muda a passagem. Vai lá, é o último dia, não pode perder essa oportunidade”. Então ela participou, e foi muito emocionante ver essa conexão entre os estados, o que nos possibilitou sonhar em fortalecer iniciativas como essa lá. Essa aproximação foi muito

boa e trouxe mais entrosamento e perspectivas de construção para o ISER e para a rede de movimentos parceiros. Participar dessas reuniões, indo até Petrópolis para conversar e dialogar a cada sábado, fez uma grande diferença.

Desafios e sonhos na luta pelos direitos humanos

As dificuldades de comunicar as questões dos direitos humanos são várias. Os familiares de pessoas privadas de liberdade ainda não têm o costume ou o hábito de dizer que têm um familiar nessa situação, por causa da vergonha e da discriminação, que são muito comuns. Alguns ainda enfrentam essa dificuldade, outros não, mas é possível perceber claramente algumas mudanças e novas percepções.

A maior dificuldade que enfrentamos é, de fato, com o governo e com os parlamentares. Um exemplo é a questão da “saidinha”. Quando se propõe extinguir a saidinha, é sempre uma medida voltada para as pessoas que estão fora, e não para aquelas que estão dentro. Se o parlamentar estivesse na posição de quem está privado de liberdade, a perspectiva seria bem diferente. Nesse contexto, a maior dificuldade é fazer com que as pessoas se coloquem no lugar do outro.

No início de fevereiro, estive em Brasília quando surgiu a discussão sobre a saidinha. Fomos conversar com os senadores, e muitos se esconderam, mandaram dizer que não estavam no gabinete, embora soubéssemos que estavam lá. Outros diziam “Esse tema é muito espinhoso, não vou me meter nisso”, mas eles foram eleitos para isso, recebem bem para isso, e não querem representar o povo? Eles precisam se envolver, sim. Então, a maior dificuldade é fazer com que os

parlamentares e o governo entendam que precisam enfrentar esses projetos de lei, mesmo que sejam mais duros. Hoje mesmo saiu uma lista de projetos de lei, e eu estava vendo quem está em Brasília para tentar fazer uma incidência amanhã em alguns lugares.

Outro desafio são os ataques de algumas autoridades. É frustrante quando, em uma reunião, você faz uma cobrança e a pessoa leva para o pessoal, faz uma fala e sai da reunião como se não devesse satisfação. É difícil tocar a pauta sobre liberdade e direitos humanos porque muitos ainda não compreendem as circunstâncias que envolvem os familiares de pessoas privadas de liberdade. Quando as pessoas começam a entender o que os familiares das pessoas encarceradas estão passando, há uma mudança na perspectiva, mas ainda persiste um discurso punitivista.

Na sociedade, se você vê uma criança, a pergunta é "Cadê a mãe dessa criança?"; ninguém pergunta "Cadê o pai?". Normalmente, as mães ficam se sentindo culpadas, mas estamos conseguindo trabalhar essa perspectiva, mostrando que são escolhas na vida e que as pessoas são livres para fazer o que quiserem. A culpa não deve ser de ninguém. Mas, quando você chega na delegacia ou em outras situações, a culpa é sempre colocada nas mães, e isso faz com que elas reproduzam esse sentimento. Não por acaso, a presença feminina nesses espaços é maior; sim, eu percebo que sempre há muito mais mulheres do que homens. É raro encontrar homens em reuniões, mobilizações e articulações. A participação é predominantemente feminina.

Eu não tenho filhos. Sempre falei que ia adotar uma criança, mas ainda não fiz isso. No entanto, eu tenho muitos sobrinhos, e eles valem mais do que um

próprio filho para mim, porque me deram muita coisa. Tenho também afilhados, que me deixam bastante feliz. Tenho um sobrinho que é meu sobrinho-afilhado, mas tenho muitos sobrinhos e afilhados. Eu tenho que botar ordem na bagunça, porque às vezes os pais não conseguem manter a ordem, e sou eu quem dá conta. Dou uns berros, dou umas orientações, e eles ficam mais centrados. Minha irmã até fala: “Eu vou ligar para a sua tia”; é assim que funciona.

Eu já falei muitas coisas ao longo da minha trajetória, que hoje em dia já não compartilho mais da mesma forma. Quando comecei, tinha uma visão mais idealizada de que éramos uma grande família unida, mas, com o tempo, percebi que isso não aconteceu. Agora, meu sonho mais atual é que, mesmo sem saber se eu vou estar aqui para ver isso, consigamos construir um mundo melhor. Um mundo mais igualitário, onde haja mais respeito, tanto das autoridades quanto da sociedade. Isso é, sem dúvida, um sonho.



A força da participação das famílias

Morena (Ivanete) Pereira da Paixão

O início da luta

Hoje, sou conhecida pela minha atuação na Associação de Mulheres Guerreiras (Amugue), mas a minha luta começou em 2015, na cidade de Petrópolis, região serrana fluminense, quando meu filho foi privado de liberdade. Naquele momento, enfrentei uma grande dificuldade para conseguir fazer a carteirinha que me permitia visitá-lo. Na época, para fazer a carteirinha, tive dificuldades em obter os documentos que foram pedidos. Nas idas e vindas para tentar conseguir fazer a carteirinha, meus documentos já estavam amassados, e eles não queriam aceitar. Foi quando eu fui na lan house próxima da minha casa, peguei toda a documentação e entreguei a eles. Só aí descobri que ainda levaria mais três meses para ficar

pronta a carteira de visitação, e eu já estava nessa luta para visitar o meu filho há dois meses. Ou seja, seriam cinco meses no total. Percebi que, assim como eu, muitas mães na porta da unidade choravam por falta de informação. Isso me fez tomar a iniciativa de buscar mais informações e entender como ajudar.

Liguei para um conhecido de Petrópolis, que me informou sobre quem era o secretário. Felizmente, na época, eu já o conhecia, pois participava de algumas reuniões de conselhos na cidade com ele. Decidi ir até lá e, apesar da dificuldade inicial para conseguir uma reunião, insisti para ser atendida. Quando o secretário finalmente me recebeu, expliquei que já estava há um bom tempo tentando fazer a carteirinha, mas, cada vez que ia até lá, pediam uma documentação diferente.

Ele então chamou a responsável pelo Centro de Análise, Processamento e Emissão de Carteiras (Capec) e perguntou quanto tempo levaria para a minha ficar pronta. Ele pediu que eu voltasse em meia hora para pegá-la. E foi exatamente assim que aconteceu. Nem precisei apresentar as documentações novamente; eles apenas aproveitaram as informações que já constavam no sistema. Minha carteirinha ficou pronta em meia hora. Foi aí que eu percebi o quanto era importante ajudar outras mães para que não passassem pelo que eu passei. Falei com o secretário sobre a demora, e ele fez uma resolução que dizia que, a partir daquele dia, a carteirinha deveria ficar pronta em até 21 dias. Antes disso, a gente podia esperar até três meses. Foi assim que comecei a me envolver mais, ajudando outras famílias a enfrentar essa situação e a não sofrer tanto quanto eu sofri.

Até aquele momento, eu estava sem visitar meu

filho, dois meses sem conseguir nem levar uma custódia. Naquela época, não tinha um protocolo para a entrega da custódia. Eu fui até a unidade e, no dia em que fiz minha carteirinha, perguntei para a funcionária quais eram os documentos necessários. Ela me passou a lista, e eu anotei no celular. Perguntei se com aqueles documentos eu conseguiria resolver sem precisar voltar, e ela confirmou que sim. Assim, eu comecei a ajudar as pessoas na porta da unidade, passando a informação sobre a documentação necessária. A informação se espalhou, e uma pessoa passava para a outra: “Olha, tem uma moça que sabe sobre isso, pergunta para ela”.

Quando me dei conta, estava com mais de quarenta grupos de familiares, e precisei até usar dois celulares para conseguir atender tanta gente. Foi assim que surgiu a Amugue. Depois, conheci a Fernanda Ferreira, que já era presidente da Comissão Municipal de Atuação Comunitária de Petrópolis (Comac). Um dia, enquanto eu estava no carro do meu marido, que é motorista dela, ela me viu falando repetidamente sobre a mesma coisa e perguntou o que eu fazia. Eu expliquei, e ela disse: “Vamos juntar isso. Dá para a gente te ajudar e ajudar essas famílias”. Com isso, a Amugue se tornou um projeto vinculado à Comac.

A importância e os desafios da mobilização dos familiares

Depois que eu passei a militar, eu estava sempre procurando informações sobre o sistema, e foi assim que encontrei uma postagem da Patrícia Oliveira na internet, convocando os familiares para uma PL sobre a saúde dos presos. Isso foi em 2019. Decidi fazer

uma caravana, e organizei uma van para a gente ir protestar. A Lúcia Mathias estava comigo desde o início, desde o primeiro manifesto, e foi assim que conheci a Patrícia. No dia em que a conheci, já comecei a fazer um monte de perguntas e pedi o telefone dela, porque não sou boba. Depois disso, comecei a enviar várias demandas, já que ela era da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), e começamos a ir juntas a reuniões e outros eventos.

Eu tenho aprendido muito desde que conheci a Frente pelo Desencarceramento. Minha visão se abriu, porque havia coisas que eu ainda não sabia, e estou aprendendo com minhas amigas. Aprendi mais sobre como falar em público e como agir. Comecei a entender mais sobre direitos humanos. Antes, eu não sabia que o que eu fazia era um trabalho de direitos humanos; para mim, eu era apenas a Morena que ajudava as famílias. Hoje, entendo que meu trabalho ajuda muitas pessoas. Já fiz um curso de direitos humanos no Rio e continuo buscando mais cursos para aprimorar minhas habilidades, porque sei que ainda tenho muito a aprender, especialmente sobre como me expressar melhor.

Um caso marcante foi a mobilização em torno do PL 1919, de autoria dos deputados Lucinha, Marcos Abrahão, entre outros, que proibia que o Sistema Único de Saúde (SUS) atendesse presos. Segundo o projeto, tudo deveria ser feito no Hospital Hamilton Agostinho, que era considerado o hospital penitenciário. No entanto, esse hospital é uma UPA, um pronto atendimento que só oferece atenção primária e não realiza outros tipos de procedimentos. Com o apoio do deputado Marcelo Freixo, que naquela época era uma figura próxima aos movimentos sociais, houve uma grande mobilização. Mobilizamos várias pessoas, deputados, autoridades e familiares de pessoas priva-

das de liberdade. A estratégia era encher a assembleia e mostrar: "Se vocês aprovarem isso, vocês perderão o voto dessas pessoas".

A Frente Estadual pelo Desencarceramento fez várias panfletagens. Convocamos um evento pela Frente, e eu cheguei com vários familiares; as galerias da Alerj ficaram lotadas. Tivemos dois grupos panfletando: um na frente e outro atrás. Cada deputado que passava recebia um panfleto explicando por que todos ali eram contra o projeto. No dia da votação, foi surpreendente. Ninguém imaginava que tivéssemos toda essa capacidade de mobilização, e realmente conseguimos impedir a votação do projeto.

A participação das famílias é fundamental, e enfatizamos muito isso. Essa presença não apenas favorece os familiares, mas também as pessoas privadas de liberdade. Muitos não percebem a força que a participação da família pode ter para impedir uma resolução ou qualquer outra medida. É fundamental que mais pessoas entendam a importância de ter a família envolvida nos atos e nas mobilizações.

Acredito que muitas pessoas não se envolvem por não conhecerem seus direitos e por temerem retaliações, seja na porta das unidades ou dentro delas. O medo de represálias faz com que a maioria se afaste e não participe. Além disso, o preconceito é um fator importante. Existe um estigma sobre os familiares, e esse medo acaba desestimulando muita gente a se engajar. Quando isso atinge pessoas públicas, fica ainda mais evidente. Por exemplo, vários deputados e assessores foram presos, e havia uma assessora que dizia para os filhos e o marido que estava viajando, quando na verdade estava cumprindo pena. Conhecemos uma amiga que escondeu da mãe por muito tempo que o marido estava preso. Quando começamos o curso, ela evitava tirar fotos para não ser reconhecida.

Isso acontece muito.

No trabalho, muitas pessoas omitem que têm um familiar preso. Muitas famílias não querem se envolver por causa do medo de represálias do empregador. Tivemos uma amiga que foi demitida porque o filho estava preso. Isso não é invenção; muitos empregadores não aceitam que um funcionário tenha um familiar na prisão, e isso pode impactar a vida profissional. Além disso, muitas pessoas não fazem a carteirinha de visita porque temem que isso prejudique suas oportunidades em concursos ou no serviço público.

Eu passei por uma situação que ilustra bem essa questão. No Detran, uma funcionária dizia a quem procurava a carteirinha que isso causaria problemas, como aparecer como “fichado” e prejudicar futuras oportunidades de trabalho. Muitas pessoas acreditavam nisso e me perguntavam se era verdade. Eu sempre respondia que não era, e que a carteirinha não tinha esse impacto. A carteirinha de visitante não deve afetar oportunidades de trabalho ou concursos, e é importante esclarecer essas questões para que mais pessoas se sintam seguras em obter a carteirinha e participar das visitas. Mesmo sabendo que não é verdade, essas ideias ainda desmotivam muita gente a se engajar.

O impacto da Amugue e as conquistas do ciclo de formação

A Amugue era composta apenas por mim até eu conhecer o ISER por meio da Eliene Vieira, da Frente pelo Desencarceramento. Ela me ligou e sugeriu: “Que tal a gente fazer algo para poder falar tudo isso que vocês constroem e levar mais conhecimentos para essas famílias?”. Foi nesse momento que começamos a programar o ciclo de palestras para familiares de pessoas privadas de liberdade. Marcamos uma reunião, e foram necessárias três para definir as pautas e estruturar a formação. Criamos um curso de quatro meses, com encontros mensais.

A partir de Petrópolis, expandimos para Três Rios, e as mães estão levando o que aprenderam para outros locais. Pedidos de apostilas para uso nas igrejas se multiplicaram. Principalmente quando acontece a primeira apreensão, a mãe que nunca passou por isso se sente desamparada. Hoje, essas mães têm mais força para enfrentar essa situação. Transmitir confiança para essas mães e multiplicar tudo o que estamos ensinando significa criar um ciclo de aprendizado que ficará gravado na memória delas.

Recebemos relatos como o de uma mulher que, após o curso, conseguiu evitar que seu sobrinho fosse privado de liberdade. Essa foi uma conquista em que a gente viu que o nosso trabalho estava fazendo efeito.

Não somos responsáveis pelos erros cometidos por nossos filhos, mas somos tratadas como culpadas, como se a educação que oferecemos não fosse suficiente. Por isso, é fundamental oferecer a essas mulheres a oportunidade de conhecer seus direitos e deveres, entender o que pode ou não ser feito, desde a entrada na delegacia e a primeira

apreensão até o momento em que seus familiares conquistam a tão sonhada liberdade.



O corre das mães

Eliene Maria Vieira

Uma luta que se impõe

Assim como minhas companheiras, entrei nesse caminho de luta porque fui profundamente afetada pela violência. Eu admiro muito aqueles que, ao contrário de mim, não foram diretamente atingidos pela violência e ainda assim decidiram se engajar nessa causa. Enquanto nós fomos jogadas nessa luta, eles optaram por estar nela, por entender a importância, por saber das mazelas do sistema, por segurar a nossa mão e seguir junto com a gente.

Eu sou pernambucana, mas vim para o Rio de Janeiro aos 8 anos de idade. Sou mãe de três jovens, e dois deles são negros. Minha caminhada começou em 2015, quando saí da Baixada Fluminense e voltei a morar na capital. Fiquei desempregada, e, nessa situação, sendo mãe e pai dos meus filhos, enfrentei momentos muito difíceis. Um dia, só tinha arroz em casa para co-

mer, e eu estava procurando emprego. Foi então que percebi que o meu filho mais velho já estava fumando maconha.

Quando houve a primeira prisão, lá mesmo em Manguinhos, ele ficou 12 dias no Degase. Durante essa prisão, um garoto foi atingido no olho e acabou morrendo. Lá em Manguinhos, tinha UPP. E aí um dos policiais malucos de lá, que gostava de matar os outros, deu uma gravata no meu filho. O menino que foi assassinado pulou o muro para tentar tirar o meu filho das mãos do policial. Nesse momento, o policial soltou o meu filho – que era menor de idade, adolescente, tinha 17 anos – e agarrou o outro menino e deu um tiro no olho dele, na frente de todo mundo.

Eu estava na rua quando recebi uma ligação dizendo que o meu filho tinha sido preso e que era para eu ir para a 21ª DP. Quando você recebe uma ligação como essa, parece que um buraco se abre, e você não enxerga mais nada, não sente mais os pés, não consegue perceber o que está acontecendo ao seu redor. Eu sei que passaram três trens, mas eu não via nada, como se estivesse meio alucinada, em um estado de choque total. Quando cheguei na delegacia, pude ver como a cor da minha pele influenciou a situação. Acompanhei o meu filho dentro da viatura até a delegacia de adolescentes na Central. Também estive presente durante a revista no IML, para garantir que ele não tivesse sido torturado.

Na primeira prisão do meu filho, eu estava com ele. Eles me levaram para acompanhar, para eu ver que ele não iria ser agredido. Só depois eu fui entender o que estava realmente acontecendo; naquele momento, eu achava que eles estavam sendo bonzinhos. Mas, na primeira audiência de apresentação, eu estive pre-

sente, e foi uma situação extremamente difícil. Eu não lembro se foi o juiz ou o promotor que falou comigo, mas ele me responsabilizou, dizendo que eu era culpada e que não estava sendo uma boa mãe. Eu chorava desesperadamente.

O processo não seguiu adiante, e ele foi solto. Isso aconteceu porque houve uma morte. Quando isso aconteceu, eu me mudei para o Borel, na tentativa de tirar o meu filho de Manguinhos. Só que eu fui e ele ficou. Ele não quis me acompanhar de jeito nenhum. Na cabeça dele, ele já era um homem, já era pai de família, já tinha mulher e um filho.

Consegui um emprego, e, no Borel, minha cabeça ficava atormentada por causa dele. Até que um dia acordei às 3h da manhã, chorando muito, porque sonhei que o meu filho tomava um tiro nas costas e eu não conseguia chegar até ele. No sonho, ele estava correndo, tomava um tiro, e, quando eu tentava me aproximar, uma onda surgia, o mar se abria, e eu não conseguia alcançá-lo. Eu fiquei desesperada. Foi nesse dia que decidi voltar para Manguinhos. Voltei e tentei tirá-lo de lá; brigamos, enfrentamos uma série de questões.

E, durante essa minha luta em Manguinhos, estavam ocorrendo as intervenções das obras do PAC, onde estava Monica Francisco, antes mesmo de ser deputada, e quem eu já conhecia do Borel. Então, me convidaram para participar de uma reunião sobre as obras. Lá fui eu, muito falante, e eles gostaram de mim, começando a me chamar para várias reuniões dentro da Fiocruz.

Um dia, depois de um tempo, eu tinha brigado com o meu filho por algum motivo. Eu tinha feito sopa de ervilha, e estava frio. Pensei: "Vou levar sopa para

ele". Na época, eu estava namorando um rapaz, e ele me perguntou: "Você vai sair a essa hora para levar sopa para ele?". Eu respondi: "A vida que ele leva é cadeia ou caixão; eu não sei quando vou ver meu filho de novo". Pois bem, às 5h da manhã, acordei com uma ligação dizendo que ele estava morrendo, que tinha levado um tiro, e era uma operação. Aí atravessei Mangueiros, toda aquela confusão, para tirar ele da favela. As pessoas me ajudaram, achando que ele ia morrer.

Nesse período, me afastei do grupo do PAC e das reuniões porque precisava dar atenção ao meu filho. Ele passou 15 dias internado, e, depois, mantiveram a prisão. Quando ele já estava preso, voltei a frequentar as reuniões. Me perguntaram: "Você se afastou? O que aconteceu?". Então, contei o que tinha ocorrido. Estavam presentes Marize, Mônica Francisco, Fátima Piveta e Gilson, que era professor e faleceu de Covid. A Mônica me disse: "Você precisa conhecer o Fransérgio Goulart. Ele precisa te atender". Então, o Fransérgio foi até a Fiocruz para conversar comigo. Eu contei tudo o que tinha acontecido, e ele me disse: "Você precisa conhecer o rolê das mães. Você não está sozinha". Foi assim que ele me apresentou ao grupo das mães. Enquanto isso, meu filho continuava preso.

Então, para a minha caminhada, foi muito importante ser acolhida. Quando eu vi o Fransérgio olhando para mim e tentando entender a minha situação, ele disse: "Fale o que você achar que deve falar". Nós, que nunca vivemos aquilo, só queremos nos apoiar em alguém que possa nos ajudar. Por isso, fico muito preocupada quando novas pessoas chegam, e é importante explicar que não vamos resolver o problema delas. Elas serão acolhidas e instruídas, mas a resolução do

problema em si não é garantida. Eu já estive nesse lugar, achando que toda pessoa que chegava poderia resolver meu problema, e isso gera frustração. Se não tomar cuidado, você acaba abandonando a luta.

Eu não escolhi estar naquele lugar, naquele momento. Hoje, eu posso dizer que escolhi estar aqui; hoje, eu escolho estar de coração e peito abertos. Mas, na época, era como se eu visse aquela luz acesa e me agarrasse a ela, tentando sair do fundo do poço, de alguma forma. Então, qualquer pessoa que se aproximasse de mim, eu me agarrava a ela. Eu ouvia, perguntava, questionava, e ficava ali, esperando que ela me mostrasse uma saída.

Em 2017, depois do rolê das mães, apareceu um edital para o curso de Promotora Legal Popular, oferecido por Luciana Boiteux e Mariana Trotta na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Entre mais de 500 pessoas inscritas, eu fui selecionada, e fiquei muito animada. Embora o curso não oferecesse bolsa ou mesmo ajuda com passagem, proporcionava um grande aprendizado. No primeiro dia do curso, notei a grande diversidade de participantes. O curso é interessante porque reúne desde pessoas como eu – que vêm de uma favela e enfrentaram muitas dificuldades – até bancários e funcionários públicos. Comecei a compartilhar minha história, explicando que estava ali para aprender e que fazia parte do rolê de mães.

Foi então que a Dalva, do Borel, me disse: “Ah, Eliene, você está sabendo da Frente? A Frente foi lançada, e você precisa participar da Frente pelo Desencarceramento”. A reunião acontecia no Sindipetro. Assim, ingressei na Frente. Nesse período, também surgiu o edital para atuar no ISER – e isso foi um divisor de águas na minha vida. Eu estava desempregada,

então ficava acompanhando tudo e querendo saber de todas as oportunidades. Quando surgiu o edital, eu nunca imaginei que fosse ser selecionada; fiz a inscrição porque queria tentar, pensando: “Já tenho um não garantido, então vou tentar”. A vaga era disputada com pessoas que estavam na militância há mais tempo, mas eu fui aprovada. Eu fui levada para esse caminho porque fui atravessada por experiências e circunstâncias.

Transformações por uma dor sem medida

Eu já fui aquela pessoa que dizia coisas como “tem que estar preso, sim”, porque, apesar de ser moradora de favela, isso não significa que eu vivia a realidade completa da favela. Como sempre fui mãe e pai dos meus filhos, e tendo três crianças sob minha responsabilidade, eu precisava cuidar de tudo que acontecia na vida deles. Eu não tinha tempo para me preocupar com o que estava acontecendo na favela ou com as operações; se a operação não afetava diretamente a minha casa, eu tinha que me concentrar em garantir que houvesse comida na mesa no dia seguinte. A maioria das pessoas da favela vive essa realidade, focada em trabalhar e trazer o sustento para dentro de casa.

Eu era muito nova, queria namorar, viver, curtir e dar o melhor para os meus filhos com o que eu tinha disponível. Naquele momento, eu não tinha plena consciência da situação em que se encontrava a favela. Então, precisei ser atravessada pela violência, algo que eu não desejo a ninguém. Isso foi um divisor de águas na minha vida.

Parece que você está com um óculos completamente embaçado, e, quando ele limpa, você come-

ça a enxergar a vida com um olhar diferente, de uma nova perspectiva. Eu comecei a entender que, quando perguntavam quem era a mãe do meu filho na escola, era racismo; quando minha mãe dizia ao meu filho "Vai para o banheiro tomar banho, só saia de lá quando você estiver branco", que me doía muito, mesmo sem entender que isso era racismo. Quando eu ia à feira com o meu filho e alguém dizia "Ô, moleque, sai de perto dela", também era racismo. Até então, eu não sabia nada disso; para mim, era natural. Quando morávamos no Turano, ele ainda era adolescente e era sempre parado pelo mesmo policial. Eu não entendia que aquilo era racismo.

Acredito que a maioria das pessoas da favela foi atravessada pela violência de alguma forma. Às vezes, não pelo elo familiar, mas por ver um amigo ou uma amiga sofrer. Conheço muita gente que está nesse rolê, pessoas da favela que não foram atravessadas pela família, mas que foram impactadas por alguém próximo. Eu fui atravessada pela violência, e, talvez, se ela não tivesse batido na minha porta, ou se eu não tivesse entendido o que era violência a partir do que aprendi, eu teria continuado visitando o meu filho no presídio, criminalizando-o e responsabilizando-o pelo que aconteceu. Quando ele saiu da unidade, a gente tinha a ilusão de que o problema tinha acabado; mas a verdade é que, quando alguém sai da unidade, o problema está apenas começando. Quando a pessoa sai, seja menino ou menina, adolescente ou adulto, ela sai marcada, cheia de vícios; mesmo que não saia com tornozeleira, é marcada pela constante presença da polícia ou pelo próprio território que volta a criminalizá-la. É como se fosse gado marcado com ferro quente; e sai marcada.

E essa marca não é só externa; ela também carrega uma culpa profunda. Porque não é apenas o fato de a pessoa ter sido presa, mas também aquela sensação de “Eu não fui mãe suficiente. Onde foi que eu falhei?”. A gente se culpa, e a sociedade nos culpa ainda mais. Eu ouvi muitas vezes que precisava me perdoar, que eu não era culpada, mas, por mais que me dissessem isso, como não me sentir responsável?

Essa cobrança constante que sentimos vem de uma certa doutrinação. Fomos ensinadas a nos cobrar o tempo todo. Se você chora, é vista como fraca; se abraça, é sensível demais; se não pune, está passando a mão na cabeça. E isso não se limita ao papel de mãe, é algo que permeia todo o contexto familiar. Já vi mulheres, esposas, fazendo coisas pelos maridos que mães nunca fizeram; vi homens, maridos, fazendo coisas pelas esposas que pais e mães nunca fizeram, e isso também se aplica a irmãos, tios, tias, avós, amigos. Já atendi amigos de meninas privadas de liberdade que estavam ali para ajudar, sem qualquer interesse, apenas por uma amizade genuína. A verdade é que a dor não é sentida apenas pela mãe e não deve ser atribuída exclusivamente a ela. Além de sobrecarregar a mãe, isso invisibiliza a dor de todos os outros envolvidos: pais, tios, irmãos, avós. A dor é dor e não pode ser medida.

Eu não me esqueço de uma mesa na UFF com a Flávia Medeiros. Nesse dia, Monique Cruz estava comigo e falava sobre redução de danos. Perguntei o que seria isso e ela me explicou. A partir dali, comecei a entender que precisava lidar com a situação do meu filho, especialmente durante o auge da onda de uso de substância, adotando uma abordagem de redução de danos. Brigar ou tentar resolver a situação de for-

ma direta não funcionaria; eu precisava formular uma estratégia.

Não existe uma receita de bolo para essas situações. O que deu certo para mim pode não funcionar para outra pessoa, e vice-versa, pois cada um tem suas próprias sensibilidades e formas de enxergar a vida. Por diversas vezes, eu agi desesperadamente na tentativa de ajudá-lo, mas o meu filho só conseguiu mudar sua vida porque ele quis. Não adianta oferecer 10 milhões de dólares e esperar que isso resolva o problema; ele poderia gastar todo o dinheiro e voltar para a situação anterior. Isso não significa que minha preocupação tenha diminuído. Mesmo com a consciência que ele desenvolveu, ainda me angustia o medo de que o plano do Estado se concretize. O Estado tem um plano de morte para todo preto e favelado.

E não é uma questão de “Ah, você está falando isso...”, como alguns podem pensar. Meu irmão, por exemplo, diz que o que aconteceu com o meu filho foi um acaso, mas não foi só isso. A realidade é que ele é preto, e carrega a marca da favela. Eu amo meu filho exatamente como ele é e não quero mudar nada nele. Eu vou para os lugares e vejo *outdoors* falando sobre “*Cannabis*”, “*Uso de Cannabis*” e fico pensando: “Vocês sabem que *Cannabis* é maconha, né? Então, vamos legalizar isso”. Para o meu filho, a maconha poderia ser um divisor de águas, uma redução de danos. Infelizmente, amigas, a realidade é esta: no dia 2 de novembro, fez cinco anos que ele está fora do sistema, mas isso não significa que eu durma tranquila. Eu acordo às 3h da manhã, às 5h, olho para o celular. Só me sinto aliviada quando ele me diz que está em casa. E, graças ao universo, aos orixás, a Deus, ele criou o hábito de me avisar quando chega em casa, algo que

ele não fazia antes. Eu sofro também porque não tenho esse mesmo cuidado com meu outro filho, que é mais novo e é branco.

Eu me preocupo mais com o meu filho do meio porque sinto que a qualquer momento ele pode ser morto. É como se eu tivesse que fazer tudo o que está ao meu alcance para garantir que ele viva bem. Tenho a certeza de que, a qualquer momento, algo terrível pode acontecer com ele. Essa certeza está muito presente na minha mente e não há terapia que consiga tirar isso. Por mais que eu tente controlar esses pensamentos, meu filho também me dá retorno. Ele comete erros, mas também está indo bem, e isso faz diferença. Eu me preocupo muito com essas coisas. E eu também me cobro muito. Por mais que você se esforce, é uma luta contra si mesmo. A gente fala em “desmame”, em “cortar o cordão umbilical”, mas não é fácil. Não é fácil de jeito nenhum.

Forças para enfrentar o medo e o sistema

Antes de ter um parente preso, você tem medo da realidade da vida e das coisas que acontecem, porque você já foi adolescente e sabe como é. Para você ter ideia, antes de o meu filho ser preso, eu tinha muito medo de que, se eu morresse, meus filhos ficassem largados na rua, porque eu via muitas crianças abandonadas. Eu pedia muito a Deus para me dar vida até que eles crescessem. Quando eram pequenos, eu tinha medo de que fossem estuprados, porque eu mesma fui molestada na infância. Eu perguntava sempre na escola: “Quem foi ao banheiro com você? Quem tocou em você?”. Eu era essa mãe preocupada.

Quando o meu filho foi preso, tive medo de per-

der ele dentro do sistema, sem ter a mãe por perto. Eu tinha tanto medo de perder o meu filho lá dentro que, quando ele desapareceu por dois dias, porque estava na UPA, eu fiquei desesperada, me corroía por dentro, e pensei que não seria capaz de suportar se acontecesse o pior, e algumas vezes pensei em tirar minha vida se isso viesse a acontecer. São cinco anos desde que ele está fora do sistema. Hoje, minha vida é bem menos tensa, mas isso não significa que eu esteja completamente tranquila. Passei mais de três anos sem conseguir dormir direito. Quando havia tiroteios em Manguinhos, eu surtava porque não queria que ele ficasse na rua, pois tinha medo de que fosse assassinado; eu realmente não conseguia controlar, é uma situação que foge ao nosso controle. Isso o Judiciário nunca vai entender. Não adianta tentar “sensibilizar” ninguém, especialmente se for uma pessoa branca.

Meu primeiro contato com o sistema prisional foi quando meu filho levou o tiro. Fiquei em total surto, só saía de casa para ir ao hospital. Quando ele recebeu alta, disseram que tinha sido levado para a Cidade da Polícia. Quando chegamos lá, nos informaram que ele tinha sido liberado. No entanto, os policiais da UPP não aceitavam que um garoto preto da favela, que tinha levado um tiro de fuzil, não estivesse envolvido com o tráfico. Eles o levaram para a 21ª DP. Quando chegamos lá, não encontraram nada relacionado a ele, mas mantiveram a prisão. Foi só quando liguei para a 21ª DP, usando o telefone que o pessoal da Cidade da Polícia me forneceu, que fiquei sabendo que ele estava preso.

Um amigo de minha filha que já havia passado pelo sistema me orientou: “Aguarda que alguém vai te ligar”. Quando a esposa de um colega de cela do meu

filho me ligou, ela me passou as instruções: “Eliene, você vai ter que fazer a carteirinha, vir com essa roupa, trazer essa comida”. Para visitar o meu filho em Água Santa, eu passei dois dias dormindo na rua. Eu tinha que chegar na terça-feira para garantir meu lugar na fila e não podia sair de lá, caso contrário, perderia a vez. Então, passei dois dias no chão, e muita gente ainda faz isso.

O que eu gostaria era de que as pessoas, principalmente quem atua no judiciário, vissem a nossa realidade a partir do que realmente acontece. O que eu gostaria, se tivesse a oportunidade, é que eles vissem que o monstro que pintam não existe. O que existe são pessoas na favela. Se eu pudesse pegar na mão desse juiz e levá-lo para passar uma semana na favela, ele veria como realmente é.



Percursos

Graziele dos Anjos Assimos de Carvalho de Oliveira, Jéssica Gomes Martins, Joice Neves Souza Lancini, Joyce Rufino de Oliveira Francisco, Stefane Nascimento Souza, Rosimere da Silva Vidal, Maria Luiza Oliveira Xavier, Simone do Nascimento, Patrícia Tomaz Sana-bio de Souza, Luciene de Paula Castro Alves, Thaina Amaro Garcia de Oliveira, Lucilena de Paula, Josiane da Fonseca Azevedo, Adriana Silva Borges Oliveira, Ariene França da Silveira Almeida, Ana Carolina Rodrigues Cavalheiro, Lucia Maria Mathis, Cláudia Xavier Canedo, Andreza de Souza da Costa, Sandra Lucia de Oliveira Alves, Niky Vieira, Neide Aparecida, Rosana Pereira da Silva, Eliene Vieira, Morena Paixão, Bruna Portella e Larissa Couto.

Nenhum ponto fixo seria capaz de dimensionar a trajetória das guerreiras. A luta pelo desencarceramento se faz em movimento: pelo território, pelos ambientes, pelas estratégias políticas, pelas sensações. Da angústia e do medo ao acolhimento e ao renascimento.

É falando de movimento, então, que escolhemos apresentar um retrato, coletivamente construído, das reflexões de mulheres familiares de pessoas em privação de liberdade. Este texto se inicia com os passos tangíveis, materiais, visíveis. Por quais prédios físicos, ocupados por instituições jurídicas, as mulheres tiveram de transitar? Neles, quais obstáculos foram enfrentados? Em seguida, complementamos a trajetória com os percursos sensíveis. Menos perceptíveis a olho nu, ali estão os passos silenciosos que as mulheres trilharam, entre as percepções de si, dos seus filhos, da relação de maternidade e das angústias do atravessamento de tudo isso pelo cárcere.

Organizado por esses dois planos, o texto tenta dimensionar em palavras escritas uma experiência muito rica de conversas, realizadas em Três Rios no dia 18 de novembro de 2023, ao fim do Ciclo de Formação Guerreiras pelo Desencarceramento. Esses percursos são o alinhar de relatos, opiniões e desa-bafos trocados entre as Guerreiras pelo Desencarceramento. Para construir esta *escrevivência*⁷ que reúne vozes-mulheres de uma experiência comum, estão destacadas as falas das mulheres que participaram do Ciclo, buscando costurar esses relatos com alguns parágrafos que servem como elo entre os pontos, sentimentos e espaços desenhados nesses percursos.

⁷ *Escrevivência* é o termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo para definir “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (Evaristo, 2007, p. 20). Refere-se a uma forma de escrita diretamente relacionada à tomada de consciência sobre as subjetividades da negritude atravessada também pelas dimensões de gênero.

Percursos tangíveis

Se pudéssemos reconstruir os passos das guerreiras no território, certamente as instituições de assistência e controle de crianças e adolescentes teriam um lugar cativo em suas trajetórias. Da escola à vara de infância, esses são espaços que frequentemente trazem lembranças de primeiros contatos com a esfera estatal.

Eu conheço várias pessoas que fizeram isso. Foram lá no Conselho Tutelar, denunciaram os filhos, pediram ajuda, e não adiantou nada. Depois, quando o men... (não pode falar menor, né?, tô desconstruindo); quando o adolescente é pego cometendo o ato infracional, aí a mãe é chamada, porque a mãe, o pai, o cuidador, não tá tomando conta, tem que ser mais atuante. *O que está acontecendo com a família?*

Não é à toa que se pense, de primeira, em caracterizar esse adolescente como “menor”. A população infantojuvenil já foi tutelada pelo Estado brasileiro a partir de legislações e doutrinas diversas, a começar pelo Código de Menores de 1927. Essa nomenclatura quase centenária se enraizou muito bem ao senso comum, justamente pela associação à “criminalidade”. Em oposição às crianças abandonadas, público preferencial das instituições religiosas de assistência, os menores eram os considerados delinquentes (Daminelli, 2017). Os menores-delinquentes eram isentos de responsabilização penal plena por um detalhe quase ocasional: o fato de não serem, ainda, *maiores*.

Do direito penal do menor à doutrina da proteção integral, que fundamenta a atual legislação vol-

tada à criança e ao adolescente, muito se modificou. Depois de lentos avanços, a lei passou a prever que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos prioritários, sem distinções internas entre “abandonados” e “delinquentes”.

Essa transformação legislativa, que resultou na chamada “doutrina de proteção integral”, sem dúvida precisou e precisa de muita articulação popular para se tornar mais do que só a fria letra de lei. Até porque a dificuldade de materialização de um paradigma de proteção da população infantojuvenil não é uma questão sobre uma lei que “não pega”. Isso poderia ser dito de muita legislação no Brasil, muito embora os motivos para essa falta de efetividade sejam muito diferentes de uma para outra lei.

O problema da efetividade de uma lei que reconhece direitos a crianças e adolescentes só pode ser explicado a partir das características dos jovens a quem não é dada a possibilidade de ser criança ou adolescente. Naquele mesmo início de século em que se gestava o Código de Menor, em 1927, poderíamos encontrar o fundamento evidente dessa diferenciação: aquele era um período de racismo científico. Um dos maiores representantes das teorias racialistas no Brasil, Nina Rodrigues, escreveu em 1894 que a responsabilização penal deveria ser separada em códigos penais apartados por região, de forma a espelhar a composição racial variada do país. Sobre as crianças, ele levanta referências diversas para sustentar que crianças de “raças inferiores” são inevitavelmente precoces – ou seja, *menos crianças* (Rodrigues, 2011).

A ideia de menor relembra, então, um histórico centenário de uma legislação que responsabiliza precocemente certas crianças porque atribui de forma

diferenciada – ou melhor dizendo, racializada! – a ideia de infância.

Essa história é bastante reforçada pela experiência das mães e familiares. Quando o adolescente chega até o Conselho Tutelar, há uma forte possibilidade de que ele seja transformado no “menor” de outrora. Mesmo assim, esses primeiros contatos com as instituições de controle são frequentes. Muitas vezes, surgem de momentos de conflito ou desespero. Ir ao Conselho pode ser uma tentativa de construir uma dinâmica de disciplina quando a autoridade sobre a casa já não dá conta; mas também pode ser um pedido de ajuda. Independentemente do que primeiro motiva a abertura de uma situação familiar à intervenção estatal, ela é quase sempre sucedida de arrependimento.

Uma coisa que eu fiz de errado e não aconselho a ninguém: nunca denuncie seu filho! Ele era adolescente, fui lá denunciei porque tava começando com aquelas coisas de adolescente. Fui lá, denunciei na Vara da Infância, mas eles inverteram, porque na denúncia que eu fiz, que ele tava “querendo utilizar droga”, eles colocaram como traficante. [...] É porque eu já tinha um, não queria que o outro fosse. Uma coisa é certa: foi pra poder salvar o meu filho.

A desconfiança que se aprendeu a ter e passa adiante é resultado de uma sensibilidade construída pelos múltiplos encontros com as instituições de controle sobre as crianças e os adolescentes. Com medo de ter outro filho no sistema, ela se antecipa e pede intervenção. Mais à frente, quando ele se encontra em uma encruzilhada com o sistema penal, a denúncia da

sua mãe é interpretada como forte indício que confirma aquilo que essas instituições usualmente querem ver: um criminoso.

É muito humilhante você ver o policial chegar na cara do seu filho e falar: “Seu marginal, seu bandido, você é um safado, pilantra”. Xingar o seu filho daquilo tudo... Não é passando a mão na cabeça do meu filho, não, mas ele nunca tinha traficando, roubado, mexido com tráfico. Ele sempre foi trabalhador.

As mães de crianças e adolescentes vistos como “menores” enfrentam outros desafios com o passar do tempo. Já adultos, eles se encaixam com ainda maior facilidade naquilo que, por vezes, parece uma sentença anunciada previamente.⁸ O rótulo de menor se transforma em um outro, mais pegajoso e difícil de se desvencilhar. Uma etiqueta que se transfere, também, para as mães e os familiares.

Quando eu saía na rua, todo mundo ficava me olhando estranho, de cara feia, falando “Olha, o filho dela que foi preso”. Isso me incomodava muito. Já não dormia, não comia direito, só chorava.

Agora, a mãe sente que passa a ser vista de

⁸ O conceito de “profecia autorrealizável”, articulado por Nilo Batista (2011), explica como a criminalização de certos grupos sociais, como jovens negros e periféricos, não é um processo neutro, mas sim uma construção social que envolve preconceitos e estereótipos que geram realidades repressivas. Para além de refletir uma expectativa social negativa, a profecia autorrealizável produz essas realidades alimentando narrativas que levam ao aumento de ações repressivas, criando, de fato, um aumento nas estatísticas de prisões ou conflitos com a lei entre aqueles grupos já estigmatizados. Isso dá a impressão de que a previsão original (de que determinados jovens seriam mais inclinados ao crime) era correta, quando, na verdade, ela foi, em grande parte, uma construção social que forçou esse resultado.

outro jeito, como se carregasse estampado no rosto a sentença ainda não proferida sobre o seu próprio filho. Em consequência, os olhares de reprovação a perseguiram, como se ela carregasse no corpo uma marca visível da prisão do filho: um estigma. A prisão, quando atinge um, espalha-se adiante para atingir quem está próximo. O estigma do cárcere alcança mães, esposas e familiares em contato com pessoas privadas de liberdade.⁹

As estruturas racistas, que gritam diante de uma população carcerária composta 69,1% de pessoas negras, definem em nossa sociedade o que seria um perfil de bandido, assim como definem a mãe ou a esposa de bandido. Essas estruturas também estão expostas nos percursos entre visitas e audiências.

A gente é tratada como se tivesse cometido o mesmo crime que eles. Você não é um familiar, você está acobertando o seu detento lá dentro e vai lá pra poder passar a mão na cabeça dele. O sentimento é de que eu compactuei com o crime que ele cometeu e eu sou cúmplice. Eu tenho que ser tratada como ele porque parece que eu cometi um crime.

Eu nunca fui a pessoa que brigou em porta de

⁹ Em um estudo sobre a relação de familiares e pessoas privadas de liberdade, Sabrina Cúnico et al (2020, p. 3) utilizam o conceito de estigma de Goffman: "Entendemos o estigma como um processo socialmente construído de desvalorização e depreciação de indivíduos ou grupos, os quais se tornam portadores de uma identidade deteriorada. O estigma pode estar relacionado a aspectos físicos, comportamentais, morais ou mesmo de afiliação, sendo que, a partir dele, outros 'defeitos' são incorporados ao seu portador. Nesse sentido, um estigma pode ser considerado uma forma de linguagem na medida em que um atributo depreciativo associado à determinada pessoa ou grupo confirma a normalidade do outro, justificando hierarquias e exclusões sociais".

¹⁰ Dados referentes ao ano de 2023, publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024.

cadeia, porque eu morria de medo das coisas não entrarem. Eu morria de medo porque, no meu lugar de mulher branca, eu nunca fui maltratada, e eu via as minhas companheiras de luta, as outras mães, mulheres, esposas, irmãs, mulheres negras, terem o tratamento diferenciado que não era o mesmo que o meu. A menina que visitava comigo era a que o filho é bandido. O meu era tratado como coitadinho, porque ninguém ia saber que meu filho era negro. Infelizmente, ou felizmente, porque a gente até se sente culpada quando não tem o mesmo tratamento, a gente fica assim: caramba, ela não precisava estar passando por isso. Às vezes eu entrava na unidade e me perguntavam se eu era mãe ou esposa. Ah, você é mãe, então beleza. É esposa? Então vai dar pra vagabundo. Eu cansei de ouvir isso na porta da unidade. O tratamento que eu tive devia ser o tratamento ofertado a todo mundo.

Uma vez que eu visitei Bangu II e o *scanner* tava quebrado, eles me deram opção: ou você passa pela revista vexatória ou vai pro *scanner* lá no Piragibe. Eu pensei que ia me atrasar muito e preferi passar pela revista vexatória, e eu tava menstruada. Quando eu entrei pro banheiro e arriei a calça, a mulher falou “Tá tudo bem, eu sei que você não tá com nada”. Mas esse era o tratamento dado para todo mundo? Não era! O sistema é extremamente racista e machista. Pelo fato de ser mãe, eu tinha outro tratamento. As esposas são taxadas de “vai dar pra vagabundo”, sim. Eu cansei de ver isso. É horrível você ver que a mulher tá passando o mesmo que você, carregando aquela bolsa pesada pra dar o mínimo de dignidade ao companheiro ou à companheira dela, e o cara tá lá chamando ela de vagabunda, de piranha. Falando “Vai pro Ratão hoje, hein?”. Eles falam ratão, gente.

Eu presenciei muita violência dentro do sistema, mas essa violência nunca era pra mim, justamente porque o fator principal me separava da maioria das pessoas, que é a cor da minha pele.

A experiência das mulheres afetadas pelo cárcere demonstra que os manuais de direito penal se encontram um tanto desatualizados quanto à realidade. É comum ler nos livros técnicos, destinados à formação de futuros juízes, promotoras e advogados, que a responsabilidade penal – ou seja, o cumprimento da pena e de tudo que dela deriva – só se destina ao autor do fato. A ninguém mais. Tanto é que, se o autor do fato falecer, acaba a possibilidade de o Estado fazer cumprir uma pena de prisão a quem quer que seja. Contudo, o cotidiano das Guerreiras no sistema de justiça revela que elas são, também, severamente apenadas.

Junto ao peso da marca, a prisão do filho inspira tentativas de resistência. Os primeiros momentos após a prisão são de surpresa e choque, mas não só. Há também intensa mobilização. A possibilidade de intervir fornecendo documentos para a audiência de custódia se insere nessas estratégias. Essas audiências têm de ocorrer logo após a prisão, em até vinte e quatro horas da detenção. Nessa oportunidade, a pessoa detida pode ser ouvida, e a legalidade da prisão será avaliada. As audiências de custódia também têm o importante papel de controle da atividade policial, porque permitem aos juízes avaliarem o estado da pessoa detida, que não raramente pode ter marcas de tortura.

As audiências de custódia só existem no Brasil porque o Poder Judiciário foi obrigado a agir sobre o

estado das prisões, atuando em direção ao desencarceramento. Como os juízes podem avaliar concretamente a necessidade da prisão, abre-se uma possibilidade para que a atividade da polícia seja interrompida e a prisão preventiva – ou seja, aquela que não é definitiva, pois não vem de uma sentença condenatória – não seja decretada automaticamente. Isso, por sua vez, possibilita que as taxas de encarceramento provisório caiam. Com isso, a ideia é de que a população carcerária, em geral, possa parar de crescer em um ritmo tão intenso.

A prisão preventiva, com o intuito de garantir a instrução criminal e a aplicação da lei penal, pode ocorrer em qualquer fase do processo ou da investigação, desde que haja prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria. Diante disso, muitas vezes o defensor ou advogado particular precisa de auxílio de mães e familiares na coleta de documentos e informações relevantes que possam levar o juiz à compreensão de que o indivíduo não oferece perigo à ordem pública nem riscos ao andamento do processo ou da investigação e, portanto, poderá responder ao processo em liberdade.

Contudo, quando a audiência não resulta na liberdade, ela é o início de uma longa trajetória. Após a decretação de uma prisão provisória, que tantas vezes parece definitiva, muitas mulheres se veem colocadas no lugar de provedoras substanciais dos seus filhos, familiares ou companheiros. Antes mesmo de a denúncia, o depoimento, a resposta à acusação ou o interrogatório entrarem em cena, muitos direitos do réu se garantem através da carteirinha de visitante.

Quando eu entrei no sistema, foi um pesadelo,

porque eu não sabia nada. Não sabia nem como começar, e aí desci pra poder fazer a carteirinha, que na época era lá no Rio. Desci três vezes pra fazer a carteirinha e tive muita dificuldade. Por um papel amassado, eu tive que voltar; por uma identidade que não estava atualizada, eu tive que voltar. Porque eles não explicam nada pra gente. Eu levei dois meses até pegar minha carteirinha e chegar na unidade. Eu fui na porta do presídio pra tentar levar alguma coisa pra ele e não podia porque tinha que ser com a carteirinha.

O direito de visita está previsto na Lei de Execuções Penais, e desde então foi considerado muito relevante à ideia de “ressocialização” que supostamente acompanha a pena. A visita permite a manutenção dos laços prévios ao encarceramento, que certamente serão essenciais quando a pessoa sob privação retornar à liberdade. No entanto, a sua concretização depende de procedimentos administrativos variados, e muitos deles se mostram inacessíveis aos familiares nos momentos de desespero que se seguem à notícia da prisão. Além disso, a prática demonstra que a visita possibilita muito além da manutenção das redes afetivas que circundam a pessoa presa. É, na percepção da própria administração prisional, um sustentáculo essencial do sistema (Rudnicki & Santos, 2015). Sem o amparo dos familiares, que provêm os elementos mais básicos à subsistência de seus entes queridos, as tensões no ambiente prisional poderiam ser ainda mais acirradas. Entretanto, a importância teórica e pragmática da visita não impede que os visitantes sejam sistematicamente violados.

É uma situação vexatória, burocrática, porque

a gente chega à noite, um dia antes, a maioria das pessoas passa a madrugada inteira, passa por 3, 4, 5 filas intermináveis pra pegar uma senha, outra senha, até chegar lá na estrada. Passa pela revista e, muitas vezes, passa pelo scanner, que te agarra como me agarrou cinco vezes. Eu entro pro quartinho, todos os policiais vêm pra saber quem era a marginal que tinha sido pega. Todas as famílias entrando e todo mundo pensando “Olha a mulher que tá levando droga”. A gente é emparedada lá dentro: “Por que que você está aqui, quem é a pessoa que você tá visitando? Foi tráfico? Ah, só pode estar trazendo droga”. Eu falava: “Eu não tenho nada, eu não fiz nada”. Aí você chora, você se desespera. Cinco vezes e não tinha nada. Não me deixaram voltar pra visita, e eu fui embora. Era uma perolazinha que tinha na minha *lingerie*.

Da fila de entrada até a visita, o trajeto é de sucessivos encontros com uma burocracia violenta. A cansativa maratona tem na revista um dos seus momentos de maior tensão. Ali, há uma suspeição generalizada: a ideia de que todas são potencialmente criminosas, e que por isso seus direitos fundamentais à privacidade e dignidade podem ser afastados temporariamente em nome da ordem pública. Esse é o fundamento que autoriza procedimentos completamente vexatórios. Mesmo que a quantidade de revistas que efetivamente resultem em apreensões de drogas ou celulares seja muito pequena,¹¹ os procedimentos seguem submetendo mulheres de todas as idades à humilhação frequente.

¹¹ Durante a campanha pelo fim da revista vexatória, Conectas Direitos Humanos divulgou um informe segundo o qual no Estado de São Paulo apenas 0,03% dos visitantes carregavam itens proibidos – ou seja, 3 em cada 10.000 (Conectas, 2014).

A revista é um portal de entrada que divide o lado de dentro e o lado de fora da prisão. Pensá-la como uma “passagem” ou “portal” permite representar com bastante precisão a situação das familiares. Elas não estão submetidas à mesma privação de liberdade de seus filhos, irmãos ou tios, mas tampouco podem ser compreendidas como agentes de fora. Estão entre uma coisa e outra, e, nesse trânsito entre os dois lados do muro, experimentam de maneira muito própria a dinâmica de violações da prisão.

Em um presídio masculino, também é urgente que se atente às dinâmicas generificadas de violência que atingem essas mulheres, situadas nas suas fronteiras (Cf. Lago, 2023; Cirino & Castro, 2022). Ainda que, em tese, a revista vexatória tenha sido substituída pelos scanners corporais, a dinâmica da suspeição não muda: é isso que fica explícito na experiência de Claudia.

Quando a gente chega pra fazer a custódia, é como se aqueles alimentos fossem um monte de ração pro porco. Aquela mesma faca que enfia em um monte de comida dos outros enfia na nossa. Não tem preocupação se vai azedar, se não vai. Fura muitas vezes nossos potes. É uma situação muito humilhante pra gente.

As tensões no momento de entrada no cárcere são tão elevadas que se estendem aos objetos: alimentos e itens de higiene são revirados em busca de objetos proibidos, capazes de justificar o procedimento. Também as roupas usadas pelas visitantes podem ser alvo de censura dos agentes. A gestão prisional varia rapidamente entre permitido e proibido (Matos & Novaes, 2018). É frequente que os esforços de familiares sejam inúteis diante de uma mudança de regra-

mento interno.

Um regramento mais efetivo em relação à garantia do direito de visita é central na preocupação das familiares. Contudo, ele não é a resolução para a privação de direitos que orienta a entrada de visitantes no presídio. Em um nível mais profundo, a humilhação a que são submetidas as pessoas presas e seus familiares se fundamenta em uma enraizada desumanização.

O fato de você botar uma blusa branca com um chinelo branco não vai mudar a postura do policial penal. Sabe por quê? Não é a portaria, não é o que está entrando ou deixando de entrar. Não é a bolsa, são as pessoas. Então não adianta a gente querer colocar uniforme em visita achando que vai mudar alguma coisa, porque não vai mudar, vai só rotular as pessoas.

A gente é abandonada e não tem onde reclamar, porque se reclamar vai ter repercussão. Então a gente tem medo de fazer uma denúncia.

No portal entre dentro e fora da prisão, as informações também são limitadas. Por isso, as violações de direitos muitas vezes permanecem silenciadas, seja por medo de represálias dentro dos muros, seja pela dificuldade de fazer ecoar o tema do lado de fora. Mas as mulheres rompem o silêncio, apesar do medo. E buscam, coletivamente, informação.

A luta das familiares é muito mais ampla do que o cárcere pretende que seja. É possível dizer que essa luta excede, também, a dinâmica prisional. Afinal, enquanto se tenta dar conta da vida, provendo dignidade ao familiar e contestando decisões arbitrárias no cárcere, o processo corre no Judiciário. Mesmo que pareça um amontoado de palavras incompreensíveis, gravadas em uma língua quase estrangeira, o proces-

so judicial não deixa de ser disputado intensamente pelas familiares. No Poder Judiciário, também há uma feroz disputa pelo acesso à informação e por canais de denúncia.

No caso do meu tio, foram três audiências presenciais no Fórum. Você só vai lá, leva um biscoito, uma água, e volta. Aí você fica ali aguardando. Se você conseguir bater de frente com o defensor público, você conversa com ele. Mais nada. [...] Aí você conversa com o homem da SOE.¹² É o dia inteiro ali. Vem um caminhão, chega lá meio-dia e fica até sete, oito horas da noite. Na última audiência do meu irmão eu e minha tia ficamos de nove da manhã até dez da noite. A gente fica esperando alguma resposta.

A violência é quase palpável nas visitas ao cárcere; no Judiciário, ela se torna perceptível de formas mais silenciosas, mas não menos dolorosas. Esperar, sentar-se, levantar-se, beber água, comer biscoito. Esperar mais um pouco. Tentar escutar, mesmo sem entender. Esperar. Tentar localizar o familiar. Entender se a audiência vai acontecer. E sim... se perguntar, será que vai atrasar? Ou será que já aconteceu?

A correria dos operadores do sistema de justiça, entre uma sala de audiência e outra, contrasta com a rotina errante de quem acessa as instituições apenas de canto de olho, no corredor, quando dá. A prioridade não é informar quem quer que seja, mas defender, acusar e julgar. À família, resta aguardar – e sem dicionário, manual ou guia de como se deslocar nesse universo estranho. Nos momentos em que as familiares são levadas para dentro das salas, por entre os longos corredores da burocracia silenciosa, o aces-

¹² Serviço de Operações Especiais, responsável pela escolta de pessoas privadas de liberdade até o Fórum.

so ao Judiciário não é menos intimidante. Assim como seus filhos, elas se sentam no banco dos réus.

Na época da audiência do meu primeiro filho, eu pude entrar e ver tudo. Eu chorava o tempo todo, tanto que o juiz falou assim: “Se a senhora veio aqui pra encher a sala de água, a senhora se retire”. Você vê o tempo todo que as próprias autoridades humilham muito a pessoa que tá do outro lado. [...] Eles já tavam culpando meu filho. Ela (a mãe da vítima) levantava toda hora, cortava o promotor, cortava o advogado, mas, quando eu tive a chance de me levantar uma vez pra falar, eles me tiraram da sala e me botaram 15 minutos de castigo.

Dentro ou fora da sala de audiência, há uma série de obstáculos à percepção das familiares como sujeitas de direito, ativas em sua luta por direitos e dignidade pelos seus filhos. O sermão dos juízes, coisa comum na prática judiciária (Romão, 2021), não raro se estende a elas. Mas e se pudesse haver réplica?

O que eu gostaria que um juiz soubesse quando for ler esse processo sobre a vida de alguém? O meu cotidiano, acordando às 3h da manhã, ou indo um dia antes e dormindo na rua, tendo que sustentar o meu parente no sistema prisional porque o sistema é feito desta forma: precário de propósito.

A igualdade de todos diante do direito, puramente formal, acaba reduzindo muita gente a um maço de papéis mais ou menos ordenados. A um número de processo. Às vezes, ao filho de uma mãe cujo choro incomoda e perturba. É preciso que o fórum se deixe permear pela vida lá fora, a fim de compreender as consequências tangíveis que a assinatura sobre

o decreto de prisão impõe sobre a vida das pessoas. Para isso, não basta que os sujeitos tornados objeto do processo penal sejam presentificados diante do juiz. Também é urgente que se presentifique, no Judiciário e no debate público, a constrangedora indignidade da prisão, seus efeitos perversos sobre mulheres, homens e crianças e sua falência manifesta.

O sistema é muito racista, e, se a gente não botar a mão na massa e não estar nesses espaços, a gente não pode esperar que as pessoas vão olhar pra gente com um olhar humanizado, porque não vão. Não adianta padronizar roupa, padronizar comida, padronizar bolsa, porque a gente sempre vai ser a escória da sociedade. Os monstros têm que ser abatidos. Então não adianta você ir lá e ele falar: “As suas lágrimas me comovem”, porque quando você vira as costas ele vai danar a caneta, porque a prisão do filho dele nunca vai ser a prisão dos nossos filhos.

Percursos sensíveis

Para instigar a conversa que tivemos em Três Rios no dia 18 de novembro, ao fim do Ciclo de Formação Guerreiras pelo Desencarceramento, fizemos a leitura do poema *Mamãe*, escrito originalmente em inglês por Bonisiwe Nomsa, mulher africana que, em privação de liberdade, teve a escrita de si instigada pelas atividades do Sarau Asas Abertas¹³ na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo.

¹³ Desde 2015, o projeto Sarau Asas Abertas estimula e amplia as escritas do cárcere em unidades da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo (Coremetro), da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). O livro *Mulheres livres* resulta de um caderno de atividades proposto pelo grupo e distribuído em 50 exemplares para mulheres no Presídio Feminino da Capital, no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19 (Lourenço & D’Auria, 2021).

Pelas palavras de uma mulher sobrevivente ao cárcere, as Guerreiras pelo Desencarceramento, mães, irmãs, sobrinhas, namoradas e esposas, abrem o percurso de um diálogo que nos leva por entre questões concretas e subjetivas que atravessam vidas reais, famílias inteiras e suas comunidades, questões que começam em casa, nas ruas, nas dinâmicas da cidade e que, em uma cena traumática para todos os envolvidos, muda a história, alcançando um cenário algumas vezes novo, mas sempre hostil: o sistema carcerário brasileiro. Esse cenário é central para esse percurso que atravessa material e subjetivamente as mulheres que aqui narram suas histórias, expondo suas angústias diante de um fato em comum: ter a vida atravessada pelo encarceramento de um ente amado, seja filho, marido, pai, tio ou irmão.

O que reúne essas mulheres e suas vozes aqui registradas é mais do que um cotidiano de trânsito entre delegacias, varas criminais, Defensoria Pública e penitenciárias. O que reúne as autoras deste livro é, além de um trauma inaugural que institui a realidade prisional em suas vidas, o desejo pela liberdade de si e dos seus entes, o desejo de se fazer presente, garantir a refeição e a higiene das pessoas que amam, cuidar de quem, para além de cumprir pena, foi alijado de sua humanidade, sujeitado a lugares insalubres, unidades superlotadas, expostos diariamente a situações de violência e hostilidade.

Confiantes no cuidado e na manutenção dos vínculos, as Guerreiras pelo Desencarceramento atravessam o espaço de suas casas, comunidades e municípios, fazendo desses percursos uma extensão de suas rotinas domésticas, fazendo do sistema carcerário uma extensão do próprio território violado, essa espacialidade que é, ao mesmo tempo, sinônimo de medo e de lar, família, lugar de onde se acredita no

maternar com todas as broncas e contradições.

É para esse lugar que muitas se transportam com a leitura do poema no qual Bonisiwe Nomsa (2021, p. 21) diz:

*Mamãe eu sei que você
está desapontada
Mamãe eu sei que te magoei
E tudo que quero dizer é "Sinto muito"
Sinto muito por magoar teu coração
Sinto muito por não te ouvir
Sinto muito por pensar que sabia mais
do que você
Sinto muito por todo o estresse
que trouxe para você
Sinto muito por todo o sofrimento
que trouxe para você
Mamãe sei que te decepcionei
Mamãe eu prometo que mudei
Mamãe eu prometo que segurarei tua
mão e irei para a igreja com você
Mamãe eu prometo que serei a garotinha
que você sonhou
Mamãe eu prometo que você não vai
mais chorar
Mamãe eu prometo que minhas ações
não te farão chorar novamente
Mamãe você me dizia
"Um dia você vai lembrar das minhas
palavras"
Mamãe você estava certa
Mamãe agora eu lembro das tuas
palavras
Mamãe agora eu sinto tua falta
Mamãe agora eu desejo ouvir tua voz*

*Mamãe eu aprendi minha lição
Mamãe você sabe que eu não serei mais
a garota má que você conheceu
Mamãe sinto saudades
Mamãe eu te amo
Mamãe sinto muito*

Acho que todas as pessoas que estão lá se sentem assim e têm algum momento para pensar sobre tudo que a mãe falou. Todos os avisos que a mãe dela deu ao longo da vida, a pessoa para pra refletir.

É um local onde eles estão sozinhos, sem pai, sem mãe, sem família, e aí eles sentem falta. A mãe sempre fala: não vá, não faça, não continua, que aquilo ali não é o caminho. Pra eles, nós não sabemos de nada, mas pra nós a gente sabe de tudo. Quando chega lá, é "mãe, te amo", sente falta, vem o arrependimento.

É triste, às vezes a gente acha que é necessário passar por isso, que vai aprender. Tem uns que conseguem, mas tem uns que, infelizmente, não conseguem.

Entrar no sistema e sobreviver dentro dele com todas as privações de direitos que vão além da liberdade de ir e vir é uma violência que deixa marcas em toda a família, despertando nas mulheres sentimentos complexos diretamente atravessados por uma realidade racista, patriarcal e classista. Medo, culpa e vergonha estão expostos na conversa entre as Guerreiras pelo Desencarceramento.

O cárcere faz gritar uma realidade da maternidade:

Muitas vezes, a gente acaba responsabilizando a mãe, como se fosse um ser supremo que não erra. Então eu vejo muita dor nesse poema, muito deses-

pero, mas, quando você tá dentro do sistema, você vive uma outra realidade, você vive um outro mundo. Então, aqui fora, você não tem como cobrar de uma pessoa que passou pelo sistema que ela tenha uma vida dita como normal, porque a gente vive em uma sociedade machista, racista, classista, que quem tem dinheiro é que é o certo. Então, a cultura do machismo de responsabilizar a mãe por tudo é muito complicada.

Eu vivi isso na pele. É um processo. Existe esse processo de desmame não só quando o bebê vira criança, a criança vira adolescente, o adolescente vira adulto e é atravessado pela violência. Quando você sai do sistema também existe esse desmame, porque você sai cheio de estigmas, dores, promessas e ilusões. A nossa sociedade brasileira vive o capitalismo. É cobrado do jovem que, se ele não tem, ele não faz parte da rodinha. Às vezes não é o dinheiro, o status, o fazer parte, é o pertencimento. Então, quando a gente deposita toda expectativa que a gente tem da vida de alguém em algo, essa expectativa tá fadada a fracassar. É injusto a gente cobrar de alguém que sai do cárcere como se fosse uma roupa que fosse tirada e a partir dali ela colocasse uma roupa nova e a vida mudasse. Não funciona assim. Primeiro a gente tá falando de pessoas individuais. O que pra mim é lógico, às vezes pra ela não é, o que pra mim é dor, pra ela não é. Então, a violência atravessa a gente de formas diferentes. **É a mesma coisa do parto.** Tem gente que sofre horrores na hora do parto e tem gente que é como se tivesse cuspidando a criança.

Quando a pessoa sai do cárcere, é como se ela tivesse renascendo. Ela tem que reaprender a comer, a falar e a andar. É um processo doloroso não só pra família que tá vivendo, como pra pessoa que tá saindo. É cruel porque é sempre das mães e das irmãs, é

sempre da mulher o papel de amparar, e isso é doloroso pra gente e não é colocado como é doloroso fazer esse desmame, porque a gente às vezes fala “Prefiro que esteja lá dentro que pelo menos ta guardado”, **mas a gente esquece que o sistema prisional também é uma forma de morte.** Escuto muito esse discurso das mães, mas a gente precisa ter essa paciência de entender que aquela pessoa tá passando por tantas dores dentro dela, que o simples fato dela chegar em casa, tomar um banho e sair não quer dizer que ela não tenha amor por aquelas pessoas que estão ali, quer dizer que ela viveu tanto tempo presa na gaiola que ela quer respirar.

A gente vive em uma sociedade completamente punitivista.

Tanto faz se é você ou o seu parente que está privado, todas as pessoas envolvidas encaram de frente o abismo que institui a zona do não ser,¹⁴ ao mesmo tempo que se deparam com sua humanidade desnuda, suas relações mais íntimas escancaradas, os sentimentos todos à flor da pele, todas as contradições expostas como em uma revista íntima, ou como em uma confissão dos pecados a serem pagos com culpa e penitência, seja dentro da penitenciária ou fora dela, carregando ladeira acima os 7 quilos permitidos de custódia, como quem carrega uma culpa tão pesada quanto.

¹⁴ Fanon (1983) utiliza os conceitos de zona do ser e zona do não ser para descrever a divisão existencial que marca a vida das pessoas negras e colonizadas em sociedades racistas e coloniais. Para Fanon, há uma linha traçada pelo racismo que determina a humanidade de uns e a desumanidade de outros, de modo que a zona do ser é demarcada pela humanidade da classe dominante, que tem seus direitos respeitados, sua dignidade preservada e vive em condições de liberdade e autonomia, ao passo que a zona do não ser é o espaço simbólico e real habitado por aqueles que são desumanizados, marginalizados e colocados fora da esfera de reconhecimento pleno da humanidade.

Eu me sentia assim como um nada. Exatamente com uma culpa, como que meu filho era da pior espécie, um verme, e que verdadeiramente a culpa era minha. “Tá aqui e ainda vem trazer tudo, vem dar as coisas, por isso que tá aqui”. Então eu me sentia... falar como um animal é até complicado, eu me sentia como uma bosta, o cocô do cavalo do bandido. É uma coisa que não tem nem palavra pra dizer como a gente se sente. Não tem como explicar. Eu me sentia um nojo, suja. Meu filho está lá porque eu sou suja, porque é assim que eles (agentes penitenciários) passam.

Aí a minha bolsa. Eu levo mesmo, porque tem outras pessoas. Eu levo logo cinco potes, e eles olhavam assim: “O que é que tem nessa bolsa?”. Mas eu levo sim, porque eu chegava lá e tem um amigo que a mãe não vai. E eu fico assim, que meu filho saiu e eu já fico pensando nos amigos. Aí já tô lá com um Sedex pra por. Ainda não coloquei porque não sei o dia que paga pro Sedex não ficar rodando, porque tem biscoito, e pode ficar com gosto de material de higiene. Aí eu já fico pensando que um amigo tá sem escova, porque usava as escovas do meu filho tudo. Eu vou fazendo. Aí eu tenho que falar: “Não, moça, isso aqui não é só para o meu filho, é pra ele dividir”. Eles acham que o privado de liberdade é um nada e que tem que comer o que eles oferecem. Aquela comida que você chega lá às 8h e já tá no pátio. Quando chega até eles é meio-dia e já está azeda. E você não pode fazer nada, nem sequer reclamar. Olha pra eles e abaixa a cabeça. E eles ainda dizem assim: “A senhora tá trazendo esse peso todo aí pra depois ele vender aí dentro e comprar droga”. Como eu também tenho minha parte cínica, eu falo assim “Ué, aí dentro vende droga?”. Porque a gente acaba aprendendo a ser cínica igual a eles.

Muitas das vezes, tem dia que eles olham as mesmas coisas que olhavam sempre e diz que não

pode. Eu pergunto assim: “Ué, moço, porque que o pote não entra se no mês passado que eu vim deixaram ele entrar?”, “Ah, porque hoje não entra”. Eu me sinto suja, que eu não fiz a coisa certa e agora meu filho tá lá. É assim que você se sente, culpada pelo cárcere do seu filho. **Até as bolsas que eu levo, às vezes as meninas querem carregar, me ajudar, mas eu errei lá não sei aonde, se eu não dei educação, agora eu vou carregar o peso.**

Um peso comum às maternidades ultrajadas,¹⁵ atravessadas diretamente pela violência, por territórios moldados feito cenário de guerra, onde não há acesso a direitos e o medo paira como sentimento coletivo. É como se, nos territórios onde o Estado chega apenas pelo braço armado, a maternidade ganhasse outras dimensões, nas quais todo cuidado ainda é pouco diante das possibilidades diárias de perder um filho para a violência de Estado. Ainda que haja conselho, ou colo, há uma marca pulsante da violência de Estado que atravessa as maternidades ultrajadas.

Das falas, as estruturas patriarcais transparecem em um excesso de responsabilização que se exalta ainda mais em territórios marginalizados pela falta de acesso a direitos, pela sobrecarga de trabalho dessas mães que, muitas vezes, são a única fonte de sustento das famílias, que não conseguem arcar com

¹⁵

O conceito de maternidades ultrajadas refere-se à condição de mães que vivenciam a violação de seus direitos e de seus filhos, especialmente no contexto de violência de Estado, repressão social e criminalização de populações vulneráveis. São mães que pertencem a grupos marginalizados, mulheres negras, indígenas, pobres e periféricas, e são forçadas a enfrentar, além da dor pessoal, a violência estrutural que atinge seus filhos e famílias. O termo “ultrajadas” é utilizado para destacar a dimensão de humilhação, violência e desrespeito que essas mães sofrem, tanto em nível individual quanto coletivo, seja pela perda de filhos para o sistema penal ou socioeducativo, seja pela violência policial ou pela própria estigmatização e responsabilização. Pode-se dizer, portanto, que muitas das nossas Guerreiras carregam trazem consigo a experiência real das maternidades ultrajadas, o que aqui fica registrado em seus relatos. Para aprofundar esta discussão, ver: Segato, 2003.

uma rede de apoio remunerada e muito penam para conseguir vaga para seus filhos em creches públicas. É um eterno processo de desmame, de entender que, por tudo que se faça pelos filhos, uma hora eles não caberão mais nos braços, terão que enfrentar um mundo que muitas vezes não os acolherá, pelo contrário, será adverso aos seus sonhos, ao desenvolvimento de suas habilidades e de sua autoestima.

Quando eles estão na escola, quantas vezes a gente é chamada quando o adolescente da gente começa a dar problema: "O que é que está acontecendo em casa?". Não sei se vocês passaram por isso, porque eu passei um monte de vezes. O meu mais novo eu quase não tive problema, mas meu mais velho, eu olhei esses dias na mudança, tinha uma pilha assim de comunicado: "O que é que está acontecendo em casa?". Bom, além da gente trabalhar dia e noite, os meninos não estarem passando falta de nada, sermos um casal muito tranquilo, meus filhos não veem briga, não veem meu marido dentro de bar. Não tá acontecendo nada, nós só somos uma família simples e pobre, se estiver acontecendo alguma coisa, vamos resolver. Fui muitas e muitas vezes sem dormir, porque eu trabalhava a noite inteirinha, só tomava um banho e ia direito. Ele já estava tão rotulado que até no dia que ele não ia à aula ele era acusado. A gente não tem culpa, nem tem controle.

Sabe o que acontece? O seu filho é uma pessoa maravilhosamente criativa, ele tinha que gastar a energia dele. Se tivesse uma educação física, um esporte, algo que fosse assim "O que você gosta de fazer", "Ah, eu gosto de desenhar", "Então vá pra aula de desenho". As crianças e adolescentes iam gastar energia nisso. Mas aí você vai pra escola, te dão um texto

de Dom Pedro Primeiro mentiroso, um texto da mentirosa que assinou a lei de abolição mentirosa, aqueles textos chatos pra cacete falando um monte de nome que a gente não sabe nem pronunciar, aí você acha que a pessoa vai querer perder tempo lendo um monte de nome que não sabe nem pronunciar? Ela vai querer gastar a energia, e o adolescente ele quer viver, e a gente tem mania de dizer que é hiperativo, mas não. A escola não dá oportunidade, o governo não capacita a escola, não investe nos professores. Os professores, que é a classe que deveria ser mais valorizada no país, é a classe mais desfavorecida.

Compartilhamos esse entendimento de que é preciso abrir mão da culpa, mesmo que seja um tortuoso trabalho diário quando seu filho está encarcerado. A experiência da tortura vivenciada pela falta de higiene e alimentação adequada, pela insalubridade das instalações superlotadas, pelo constante estado de alerta e medo e por todas essas formas de devastar a vida de alguém, sua saúde física e mental reverbera nas maternidades atravessadas pelo cárcere.

“O sistema prisional também é uma forma de morte”, uma forma de perder-se de si, virar um número a mais em uma cela superlotada, bem como uma forma de perder-se de si quando se é uma pessoa com sua rotina, relações, hábitos e, de repente, passa-se a ser “preso”, “mãe de preso”, “familiar de preso”, uma realidade de morte subjetiva que não deixa de existir ainda que se alcance a sonhada liberdade. O medo, sabemos, é um sentimento que acompanha a morte, e ele é uma presença constante e assustadora na narrativa das Guerreiras. Ainda que seu familiar alcance a liberdade, há o medo de que seja novamente preso ou

que seja morto.

Agora eu tô em outra fase de conhecimento com a volta dele pra casa. Eu tô pior que esposa ciumenta. **Quando ele sai, o meu coração vai junto. Eu fico com medo. Se ver meu filho e der uma revista, não tem nada, mas eles sempre acham alguma coisa.** Deu aquela hora e ele não apareceu, meu coração fica junto.

A gente esquece que a gente também passou pelo trauma. Esse processo é muito doloroso. É igual dependente químico querendo se livrar da substância. Você vai passar por momentos de desespero, vai passar por momentos de insanidade e depois voltar à sanidade. É bom compartilhar um pouco disso, porque quem está com seus familiares privados pode saber que **esse processo de dor não acaba quando a pessoa sai. Porque antes eu tinha essa ilusão.**

Eu fico com o pensamento negativo com medo de que a polícia vai pegar de novo. Esse é meu medo. Meu irmão fala que tá assinando, que tá em dia, "Se me pegar, não tem nada, só se me forjar", mas parece que eles esquecem da maldade das pessoas.

Mas você entende que esses medos poderiam acontecer antes também? Mas é que antes você não tinha vivido o trauma.

No país da gente, em qualquer hora ou situação, qualquer um de nós pode ser preso a qualquer momento por qualquer situação.

Eu não atiro pedra no telhado dos outros, porque o meu é de vidro. Eu jamais na minha vida ia pensar que eu ia estar tanto tempo com meu filho no presídio. Era o meu neném que eu nunca deixei faltar nada. Não é pra falar "Foi pro tráfico, tadinho, porque

não tinha um chinelo. Não, sempre dei pra ele o melhor, tanto que eu tenho o hábito até hoje de chegar no mercado e não compro nada pra mim, e vejo ele montar ali numa moto indo pra cima e pra baixo com a esposa. Ontem quando eu olhei assim ele se arrumando pra sair, já fecho a cara, o sorriso, o coração, penso logo que eu tô precisando morrer.

Não tá nada. tem que fazer o desmame!

Não é porque meu filho tá há cinco anos na rua que eu não espero a qualquer momento uma ligação pra dizer que tá preso ou que está morto.

Já teve momentos na vida que eu desejei meu filho morto, de tanta loucura que estava na minha cabeça. E senhora queria morrer, eu queria que meu filho morresse. Porque era fuzil na cara o tempo todo, era na onda máxima, dormindo na rua. Ele só não roubava nada em casa pra vender, mas teve momento na vida que eu pensei: “Deus, leva porque eu não estou aguentando”. O momento de eu querer morrer foi quando ele tava preso, depois eu fiquei pensando nele morto. É um processo adocedor, não é que dentro da gente a gente queira isso de verdade, mas o processo é tão doloroso que a gente só quer que acabe, a gente só quer poder dormir.

Os estigmas que partem da sociedade para as subjetividades das pessoas trazem muitas dores e medos e reiteram uma narrativa na qual não há espaço para a ressocialização como horizonte.

As pessoas já profetizam coisas na vida deles. Não dão a mão ou aquela esperança de que vai sair, que vai fazer diferente. Não, tá sempre com aquele comentário de que não vai sair, de que vai morrer lá

dentro.

Para as mães e familiares das pessoas egressas, o trauma se reverte em situações de tensão relacionadas ao controle dos corpos que, mesmo cumprindo com a condicional, encontram no medo de seus familiares restrições subjetivas à sua liberdade, que, após a experiência do cárcere, adquire contornos mais restritos, tanto pelos perigos reais quanto pelas expectativas colocadas por aquelas e aqueles que esperam para seus filhos, esposos e parentes uma vida diferente após sobreviver ao cárcere.

A gente ficava desesperado porque ele saía e ele era usuário de drogas. As vezes ele ia ficar na casa do meu pai, e, quando a gente chegava lá, tava ele andando de bicicleta rindo feliz da vida. Mas a gente que viveu o que viveu com ele, a gente ficava desesperado. Ele falava “Eu posso ir e vir, tá?”. Mas a gente coloca uma expectativa neles que é a gente que coloca, de que já cumpriu o que tinha que cumprir, agora é um cidadão de bem, tem que trabalhar, da casa pro serviço, do serviço pra casa, na minha mente tinha que correr assim.

Quando foge daquilo que a gente espera, a gente fica desesperada. É um processo pra gente também de aceitação. Porque o cara ficou quatro anos preso, vivendo em um quadrado, aí agora se ele saía de casa, falava que ia na casa do meu pai e de lá ia pra outro lugar, a minha mente já imaginava vários lugares.

Na primeira semana que ele saiu, ele ficou com medo, tá? Ele via alguém vindo e ficava com medo, mas depois o medo passou, tá?

Meu irmão fica assim: “Toma conta da sua vida”, e eu fico pensando que eu tenho 35 anos e daqui a pouco eu vou ficar doente; a minha mãe tem 65. A vida

inteira foi na função dele, então agora a gente tem que viver. A expectativa é que ele arrumasse serviço, que não se envolvesse com nada errado. Não está se envolvendo, mas a gente espera que isso dure.

Para algumas mulheres, na condição de mãe, é natural sentir medo, querer cuidar, controlar a liberdade de quem acabou de voltar a ser livre, mas é preciso insistir no processo de desmame.

Pra gente, é um processo doloroso entender que o filho quer voar. Você vê todas as dores do cárcere e, quando eles saem, o pensamento é voltar pro nosso ventre.

A culpa não é deles, eles só querem viver. O Estado que a gente vive, essa cultura punitivista que a gente vive, que tenta cortar as asas dos nossos meninos e nossas meninas, mas não é culpa deles querer viver, não. A gente fica culpando eles porque saiu, mas a culpa é desse estado de coisas que colocaram na gente. Ter esse olhar diferenciado e poder falar pra essa mãe: "A culpa não é sua, não se culpe. Criar expectativas em cima desse filho é normal, mas a senhora precisa cortar o cordão umbilical".

A gente precisa trabalhar o processo de desmame e também a responsabilização dos atos deles; são adultos. Quantas vezes na vida, quando ele tava lá dentro, você desejou que ele estivesse aqui fora indo pra show, pra cinema com a namorada?

Várias vezes. A gente foi pra praia esses dias e eu até chorei dentro do carro. Eu falei assim: "Filho, toda vez que a gente passava por esse caminho eu chorava indo pro passeio porque eu sabia que você não estava aqui, e hoje o meu choro é de felicidade

porque você tá do meu lado”. São coisas que a gente pensa quando eles tão lá dentro, mas quando sai tem que vir pra realidade.

Solidão, abandono e julgamento também são realidades vividas por muitos familiares que se veem desamparados tanto material quanto subjetivamente, sem espaços de escuta, cuidado ou acolhimento, vivenciando o sentimento de vergonha por ser taxada como mãe/esposa/parente de preso.

Vergonha. Vergonha de olhar para a sociedade. Quando meu filho foi preso pela primeira vez, eu era presidente de associação do meu bairro, então eu era uma liderança dentro do meu bairro. Eu fazia várias palestras com os jovens, chamava atenção dos meninos, acolhia eles lá em casa, até que eu me encontrei com meu filho privado. Aí veio aquele julgamento das pessoas: “Ué, ela fazia tanto pelo dos outros e esqueceu de olhar o dela?”.

Bate aquela vergonha, a gente se culpa. Onde foi que eu errei? Por que que meu filho fez isso? Qual foi a minha culpa? Hoje eu falo pras mães que a culpa não é delas, que não peguem esse peso pra si. A gente era pobre, mas a gente sempre teve de tudo do bom e do melhor, graças a Deus. Nunca faltou nada dentro de casa. Se queria um chinelo de marca, tinha lá o chinelo de marca pirata, mas tinha o chinelo. Então eu acho que, pra maioria das famílias, tem a vergonha.

Uma coisa que acontece quando a pessoa é privada de liberdade é a ausência da família. Não sei se com muitas aqui aconteceu. A família abandona, os melhores amigos, que a gente achava que a gente tinha, abandonam. Se você tem uma religião, muitas das vezes o pastor e os membros te abandonam. Eu na minha casa tive a minha irmã pra me ajudar, por-

que minhas primas, minha vó e minha mãe não fizeram muito porque tão lá na Bahia; mas daqui eu só tive minha irmã, que abraçou firme comigo, ia visitar junto comigo.

As primeiras coisas que a gente sente muita falta é amizade. Somem. Todo mundo te abandona. Você se vê sozinha e Deus. Até o meu marido no começo pra liberar dinheiro pra comprar custódia era uma luta, eu tinha que pegar escondido.

É difícil pra gente. Minha vó tinha 108 bisnetos. Nunca houve na nossa família ninguém que tenha sido privado de liberdade. Aí veio meus filhos, e logo dois. A gente tem um grupo da família que todo sábado a gente faz uma reunião *on-line* pra orar e tudo mais. Aí dia desses uma das minhas tias, que têm os filhos tudo formado, a primeira coisa que ela falou foi: "E seus filhos, já saíram da cadeia? Já tomaram vergonha na cara?". Na mesma hora eu respondi: "Já, tia, graças a Deus eles já saíram e graças a Deus nunca precisaram de nada de vocês, a gente sempre cumpriu com nossas obrigações sem nunca pedir um centavo a vocês, mas obrigada pela lembrança". Depois fechei a câmara e não quis mais saber.

A diferença é que nós aqui somos assumidos em nossos erros, porque dentro dessas famílias conservadoras, perfeitas, metidas a burguesas, acontecem as piores atrocidades. As mulheres apanham, não têm direitos, mas ninguém fica sabendo porque todo mundo finge que é perfeito, família perfeita, filho perfeito; só que não é, eles só não foram pegos ainda.

A privação de liberdade de um parente muitas vezes pode desencadear quadros depressivos ou ansiosos, raramente tratados em razão da falta de acesso a psicólogos, psiquiatras, entre outras formas de

cuidado com a saúde mental. Por vezes, lidar com a realidade de um ente encarcerado gera angústias que se estendem a todo o núcleo familiar, o que, de certo, não se restringe à realidade das Guerreiras.

Eu não saía na rua. Fiquei quase um mês sem sair. Era dentro de casa, no quarto direto, só orando, pedindo a Deus pra soltar. Eu pesava 82 kg, eu fui pra 58. Eu fiquei que era só osso. Eu não sentia fome, eu não sentia sede, eu fiquei no quarto, até meus filhos eu passei a abandonar e pensava só em tudo praquela que tava lá. Eu trabalhava pra poder comprar custódia e sucata. Quando o meu filho mais novo foi pegar um biscoito e eu dei um tapa na mão dele falando pra não pegar o biscoito do irmão, ele falou assim: “Então eu vou virar bandido pra ser preso e comer bem igual meu irmão tá comendo, porque tudo agora é ele”.

Aquilo foi como se fosse uma facada. Aí falei: “Epa, espera aí, acho que eu tô fazendo alguma coisa errada”. Primeiro eu tenho que cuidar dos aqui de fora e dar atenção pro de lá de dentro. Bem ou mal, tem aquela comida ruim lá, mas tá comendo, e o daqui? O que é que eu tô fazendo?

Entre os percursos concretos e sensíveis, as mulheres Guerreiras pelo desencarceramento trazem em seus relatos uma voz atravessada por tantas outras, uma existência que é sua e comum de quem carrega no peito o desejo da liberdade para seus filhos, esposos e entes queridos. São elas as mensageiras de um universo de sentidos e significados no qual o cárcere e a liberdade andam lado a lado, tanto quanto andam o medo e a esperança.

Desta roda de conversa, entendemos que, nas vozes-mulheres que aqui se escrevem, existe, acima de tudo, um desejo de que o trauma da prisão seja en-

xergado com todas as minuciosas formas de tortura que o acompanham, além do desafio posto de compreender como esse trauma afeta tanto a si quanto a quem sobreviveu ao cárcere.

Um exercício que a gente pode fazer é lembrar que esses frutos são nossos e eles têm algo nosso. Nossa rebeldia tá ali, nosso querer fazer também tá ali. A gente tá nesse lugar da pessoa que vai cobrar, mas a gente tem que fazer esse exercício de se colocar no lugar deles.

A gente olhar a vida pelo olhar do outro é muito difícil, e o que a gente tá tentando fazer com esse livro é justamente o que a gente quer que nossos filhos façam. A gente tá tentando que as pessoas enxerguem a nossa realidade com nosso olhar, e não com o olhar delas. Esse é um exercício nosso também. Tentar enxergar o mundo no olhar deles.

Como mensageiras deste mundo de traduções, tantas preocupações e desafios são de tirar o sono e causar falta de apetite, apatia, sintomas de comportamentos depressivos ou ansiosos. É preciso ecoar cada história aqui contada, cada sentimento compartilhado, cuidar de quem cuida:

Aqui pode sair um encaminhamento, a gente pode pensar em uma roda de conversa e acolhimento. Claro que tem que ter o atendimento individual, mas existe terapia de grupo. Aqui mesmo lógico que a gente não tá só construindo um livro, a gente tá dividindo angústias, medos, feridas, e o falar ajuda. Muitas vezes a gente tá em um lugar de que tá passando pelas coisas sozinhas, achando que só eu tô sentindo aquilo, que eu tenho que me manter firme e eu não poderia deixar aquilo extravasar pras outras pessoas não me

verem como a pessoa que dá problema.

Teve um dia mesmo que meu filho atravessou a rua pedindo pros garotos matarem ele. Naquele dia, eu já não estava aguentando mais, e eu cheguei no trabalho rindo como se nada tivesse acontecido, aí uma colega me pegou pelo braço e me acolheu; e a gente precisa ser acolhida.

Então pode ser um encaminhamento que isso aqui não fique só no curso e no livro. Que a gente possa fazer rodas de acolhimento e terapia. Porque a gente que é pobre acha que terapia é pra rico, pobre não tem tempo de sentar e ficar conversando com as pessoas não. A vida não deixa. Mas eu tive muita sorte de trabalhar com pessoas maravilhosas que me acolheram de verdade, e isso fez muita diferença na minha vida. Pessoas que entendiam o que é uma visita e me diziam “Hoje foi dia de visita, você não vem trabalhar”. Porque se trabalhar em uma instituição privada as pessoas não têm essa compreensão. Então a gente precisa se cuidar pra não querer se matar, pra não querer culpar o outro por uma situação em que o sistema coloca a gente. A gente precisa dividir e acolher porque isso também faz bem pra gente.

Mas geralmente é assim: quem acolhe, acolhe, acolhe, acolhe, mas, quando você precisa ser acolhida, não tem ninguém.

Tem dias que a gente quer conversar, muitas vezes você olha pra um lado, olha pro outro, e não tem ninguém pra desabafar.

A dificuldade de ser vista e de encontrar lugar de escuta e cuidado vai além das relações interpessoais.

Quando a gente fala de sistema de justiça, eles

não enxergam a pessoa, eles enxergam papel e processo. Eles enxergam que a polícia tá lá para abater um inimigo, que o papel da polícia precisa ser feito. Mas a gente tá aqui hoje para dar o nosso olhar, o nosso relato do que que é ser uma pessoa que teve a sua vida atravessada pela violência de Estado, por um familiar que foi preso, por um familiar que teve seus direitos negados, que teve a sua dignidade sendo retirada dentro do sistema.

Então, **o que eu gostaria que um juiz soubesse quando ele ler estas páginas é como é ser um familiar nesse lugar.** Nosso intuito é mostrar essa realidade para quem não a conhece.

Este livro ecoa o desabafo de tantas Guerreiras Brasil afora, e esperamos que cada relato aqui trazido inspire políticas públicas e atravesse o sistema de justiça, o sistema carcerário e seus agentes.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CIRINO, Samia Moda; CASTRO, Bruna. Revista íntima de mulheres visitantes em presídios: vidas normativamente não humanas. Revista Estudos Feministas, v. 30, n. 1, 2022.

CÚNICO, Sabrina. et al. Estigma e construção do território de pessoas privadas de liberdade e seus familiares. Subjetividades, v. 20, n. esp. 1, 2020.

DAMINELLI, Camila Serafim. História, legislação e ato infracional: privação de liberdade e medidas socioeducativas voltadas aos infantojuvenis no século XX. *Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 35, p. 31-50, jan.-jun. 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Dados sobre a apreensão de objetos ilícitos (armas, drogas e celulares) em unidades prisionais e análise da eficácia do procedimento de revista íntima em visitantes de unidades prisionais. São Paulo: Defensoria Pública, 2014.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16-21.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 4 nov. 2024.

LAGO, Natália. O vício em humilhar: prisões, estado e gênero em narrativas sobre a revista íntima/vexatória. *Vivência*, n. 61, p. 19-55, 2023.

LOURENÇO, Cissa; D'AURIA, Paulo (org.). *Mulheres livres: Sarau Asas Abertas – PFC*. São Paulo: Edições do Tietê, 2021.

MATOS, Lucas Vianna; NOVAES, Bruna Portella. *Gestão penitenciária e poder judiciário: Interações entre*

agentes institucionais dentro e fora dos muros das prisões. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 145, n. 2018, p. 181-208, 2018.

NOMSA, Bonisiwe. Mamãe. In: LOURENÇO, Cissa; D'AURIA, Paulo (org.). *Mulheres livres: Sarau Asas Abertas – PFC*. São Paulo: Edições do Tietê, 2021. p. 21.

NOVA denúncia na ONU. *Conectas*, 11 mar. 2014. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/nova-denuncia-na-onu/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. E-book.

ROMÃO, Vinícius. Audiência de custódia, alternativas à prisão e controle em meio aberto: o judiciário e a atuação psicossocial. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 8, n. 3, p. 185-213, 2021.

RUDNICKI, Dani; SANTOS, Carla Cristiane Dias dos. Percepções sobre o direito de visita no Presídio Central de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 23, n. 115, p. 311-333, 2015.

SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asediadas por el miedo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

